

“E as relações, você despreciza como?”: A perspectiva dos novos professores- pesquisadores da Fiocruz a respeito da precarização no trabalho

por

Priscila Matos Crisostomo da Silva

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

*Orientadora principal: Prof.^a Dr.^a Liliane Reis Teixeira
Segunda orientadora: Prof.^a Dr.^a Katia Reis de Souza*

Rio de Janeiro, maio de 2013.

Esta dissertação, intitulada

“E as relações, você despreciza como?”: A perspectiva dos novos professores- pesquisadores da Fiocruz a respeito da precarização no trabalho

apresentada por

Priscila Matos Crisostomo da Silva

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Karla Meneses Rodrigues Peres da Costa

Prof. Dr. Renato José Bonfatti

Prof.^a Dr.^a Liliane Reis Teixeira – Orientadora principal

Dissertação defendida e aprovada em 29 de maio de 2013.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

S586 Silva, Priscila Matos Crisostomo da
“E as relações, você despreciza como?”: a
perspectiva dos novos professores- pesquisadores da
Fiocruz a respeito da precarização no trabalho. / Priscila
Matos Crisostomo da Silva. -- 2013.
79 f. : tab.

Orientador: Teixeira, Liliane Reis
Souza, Katia Reis de
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

1. Trabalho. 2. Setor Público. 3. Desprecização.
4. Precarização. I. Título.

CDD - 22.ed. – 331.11

A meus pais e amigos pelo incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

"Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso". (Charles Chaplin)

Em nossa vida existem pessoas especiais que estando perto ou longe nos incentivam em nossa caminhada. Pensando nelas, dedico este espaço do trabalho para agradecer o imenso apoio.

É assim que agradeço a Deus pela renovação concedida a cada dia; a minha querida família, base de tudo e, portanto, suporte nos momentos em que mais precisei de sua compreensão durante o desenvolvimento deste trabalho. Também agradeço aos amigos que torceram por mim, entenderam os momentos de ausência, e me incentivaram quando tudo parecia nebuloso. Por fim, não posso deixar de agradecer aos participantes deste estudo, pois sem eles este trabalho não seria possível; a Direção da EPSJV, que permitiu a realização da pesquisa; as minhas orientadoras Liliane Reis Teixeira e Kátia Reis de Souza, que com seus conhecimentos teóricos tiveram importância fundamental para que este projeto se concretizasse; e a Banca Examinadora, que se dispôs a avaliar esta dissertação.

“Um leigo pensaria que, para criar, é preciso aguardar a inspiração. É um erro. Não que eu queira negar a importância da inspiração. Pelo contrário, considero-a uma força motriz, que encontramos em toda a atividade humana e que, portanto, não é apenas um monopólio dos artistas. Essa força, porém, só desabrocha quando algum esforço a põe em movimento, e esse esforço é o trabalho”. (STRAVINSKI, 1987)

RESUMO

Neste estudo pretende-se contribuir para a construção crítica da categoria “desprecarização” tendo como ângulo privilegiado de análise o ponto de vista dos pesquisadores/professores recém admitidos no serviço público. Adotamos como guia do estudo a seguinte questão norteadora de pesquisa: Qual a perspectiva dos pesquisadores/professores para que, de fato, se efetive uma política de desprecarização? Para tanto, foi realizado um estudo de caráter qualitativo que empregou, para a coleta de dados, entrevistas individuais seguindo um roteiro semi-estruturado, composto por oito perguntas abertas. Elegeu-se como campo de pesquisa a Instituição Fiocruz, sendo que o foco do estudo foi a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, uma unidade técnico científica localizada no campus da FIOCRUZ. Os resultados mostram que, embora o primeiro passo para desprecarizar o trabalho já tenha sido dado, a desprecarização do trabalho para os participantes do estudo ainda apresenta limites, dado que desprecarizar o trabalho envolve questões outras que não estão circunscritas apenas a esfera jurídico-administrativa.

Palavras- chave: Desprecarização; Precarização; Serviço Público.

ABSTRACT

This study intends to contribute to the framing of the criticism conception of “betterment of work” having such as a privileged field of analysis the point of view from the researchers- teachers, who were admission to Public Service recently. We adopt the following directional question to guide us in the study of this theme: Which is the perspective of the researchers what for policy for Betterment of Work, in fact, be materialized? To achieve this objective, we have done a exploratory qualitative study, which used to data collect individual interviews following a semi structured questionnaire with eight open questions. The place that we have chosen to collect our data was Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio that is a technical scientific department located at FIOCRUZ campus. The results show that the first step in order to eliminate precariousness in public service has already been taken. However, the participants of this study indicate that limits still exist. For them, this process involves other questions which are not solely confined to the legal administrative sphere.

Key- Words: Bettermen of work; Precariousness; Public Service.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Numero de trabalhadores da FIOCRUZ segundo vínculo.

LISTA DE ABREVIATURAS

Ex.- Exemplo

Org.- Organizador

LISTA DE SIGLAS

ASFOC- Sindicato dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz

CNPq- Conselho Nacional de Pesquisas

C&T- Ciência e Tecnologia

DASP- Departamento Administrativo do Serviço Público

EPSJV- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz

LABFORM- Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde

LABGESTÃO- Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde

LABMAN- Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos em Saúde

LABORAT- Laboratório de Educação Profissional em Atenção a Saúde

LATEC- Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais de Saúde

LATEPS- Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde

LAVSA- Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde

LIC_PROVOC- Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica

LIREs- Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde

OIT- Organização Internacional do Trabalho

PAETEC- Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico

RPA- Recibo de Pagamento de Autônomo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 O PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO DA FIOCRUZ.....	18
1.2 OBJETIVOS.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.	
2.1 O SENTIDO DO TRABALHO NA CENA CONTEMPORÂNEA.....	21
2.1.1 SAÚDE DO TRABALHADOR.....	25
2.2 PRECARIZAÇÃO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	27
3 TRABALHO E (DES) PRECARIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO.	
3.1 RECORTE HISTÓRICO DOS ANOS DE 1990 ATÉ O GOVERNO LULA.....	31
3.2 DESPRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FIOCRUZ.....	37
3.2.1 APRESENTAÇÃO DA EPSJV.....	40
4 MATERIAL E MÉTODOS.	
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	42
4.2 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	42
4.3 ANÁLISE DO MATERIAL.....	46
4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	47
5 REFLEXÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE.....	75
GLOSSÁRIO.....	79

APRESENTAÇÃO

A pesquisa se propõe a discutir os rumos que a precarização do trabalho tomou nas instituições públicas federais fazendo com que o Governo Federal, na vigência do presidente Lula (2003- 2010), atentasse para a complexidade da questão dado que o quadro funcional dessas instituições apresentava um acentuado número de trabalhadores não efetivos. Diante desse quadro, a proposta do Governo Federal para regularizar a situação foi implementar o Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS, que tem como objetivo substituir trabalhadores com vínculos precários por trabalhadores admitidos via concurso público.

Em consonância com a política do Governo Federal, a FIOCRUZ, Unidade de análise do estudo, buscou regularizar os vínculos de trabalho existentes em suas Unidades abrindo processo seletivo para substituição de trabalhadores com vínculos precários por servidores, conforme nos apresenta o documento produzido pela instituição intitulado “FIOCRUZ: A força do Trabalho” (FIOCRUZ, 2004).

No intuito de sistematizar nossa argumentação e atender os objetivos aos quais o trabalho se propõe, dividimos o trabalho em cinco capítulos. No primeiro, problematizamos a questão a ser estudada e levantamos alguns trabalhos que abordaram o tema da desprecarização; no segundo capítulo, apresentamos o referencial teórico e a fundamentação conceitual do estudo; no terceiro capítulo, contextualizamos precarização e desprecarização do trabalho no serviço público brasileiro; no quarto, descrevemos os procedimentos metodológicos do estudo, análise e discussão dos dados coletados; e no último capítulo, expusemos as reflexões finais do estudo.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a globalização e a nova lógica capitalista de reestruturação produtiva neoliberal determinaram na história do trabalho humano marcas profundas no plano político, social e cultural. Distingue-se nesse cenário os processos de precarização das condições do trabalho. Podemos afirmar que a expansão do trabalho precarizado, temporário e terceirizado vem produzindo efeitos indeléveis para a vida dos trabalhadores. São formas de desregulamentações e “flexiprecarização” que carecem da expansão de nosso quadro conceitual e empírico de análise (DRUCK; FRANCO, 2011; ANTUNES, 2003; LACAZ, 2007).

A nova configuração do mundo do trabalho nos sugere que o trabalho não pode ser analisado desvinculado do contexto no qual ele se realiza, do qual são geradas as condições laborais objetivas. Assim, compreender o trabalho e suas especificidades na contemporaneidade é um desafio, pois trata-se de uma categoria polimórfica, não se enquadrando num único modelo de análise. Partilhamos, portanto, com Antunes (2007) a idéia de “caráter multifacetado” do trabalho (ANTUNES, 2007).

De acordo com Antunes (2001) e Meszáros (2006) a crise estrutural que abalou sobremaneira as economias capitalistas a partir dos anos de 1970 acelerou o alastramento do ideário definido pelo neoliberalismo. Na esteira desse processo, destacamos a flexibilização do mercado, pois essa ideia ataca a rigidez do mercado de trabalho, entendida como empecilho à expansão do capital financeiro. Assim, com o objetivo de tornar o mercado mais fluido, foram colocados em prática “ajustes estruturais” consubstanciados na diminuição da intervenção estatal; enxugamento dos gastos públicos; e privatização das empresas estatais, para citar os que tiveram relação direta com o serviço público (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012; GIANNOTTI, 2007; COSTA, 2005). Nessa mesma linha de compreensão, Pochmann (2000) coloca que “[...] a desordem monetária internacional e a crise fiscal dos Estados nacionais indicavam um rompimento dos compromissos das políticas macroeconômicas com o pleno emprego”. (POCHMANN, 2000, p. 12). Esse cenário marcado pela flexibilização

do mercado de trabalho representou o desmonte de conquistas, aparentemente, consolidadas pelos trabalhadores.

A longo prazo, a implementação desses ajustes revelou um quadro desanimador, consoante Saito (2009):

A tendência característica dos anos mais recentes é a diminuição acentuada do número de empregados regulares, ao passo que se observa um crescimento, proporcionalmente mais intenso, do contingente de trabalhadores atípicos. (SAITO, 2009, p. 82).

Para a autora, a realidade da situação de trabalho no Japão evidencia que a propaganda “melhoria” no emprego, por parte dos órgãos oficiais, tem caráter ideológico, pois na verdade o seu pilar de sustentação é a expansão do trabalho precário.

No caso francês, Demazière (2009) afirma que é possível verificar uma padronização nas formas de ocupação do trabalho precário. São normas socialmente construídas, porém não explicitadas. O autor destaca que o tempo parcial é destinado às mulheres; e o contrato temporário aos iniciantes sendo o primeiro uma forma de emprego socialmente construída como feminina; e o segundo uma forma de emprego socialmente construída como juvenil. Essas evidências revelam que a inserção do trabalhador no mercado tem sido acompanhada de processos discriminatórios e por perda de direitos historicamente conquistados.

Quanto ao Brasil, o estudo de Chahad (2003) verificou igualmente que as tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro acentuam a relação desigual entre o quantitativo de trabalhadores precarizados e aqueles lotados em empregos formais concretizada na preponderância do primeiro grupo sobre o segundo.

O ponto que aqui queremos realçar é o de que a precarização do trabalho impõe-se de uma maneira sem precedentes, pois a flexibilização dos mercados compele a adequação do trabalhador a um sistema no qual estão em jogo as necessidades constantes de expansão do capital em detrimento dos seus direitos. Para Marconsin e Caetano (2010) o grande ataque do capital tem se efetuado especialmente no âmbito social. Para os autores, a ofensiva contra o

trabalho se realiza por meio dos processos de desregulamentação e da flexibilização das legislações trabalhistas, deixando os trabalhadores em condições ainda piores do que historicamente já viviam, agravando as expressões da questão social (MARCONSIN; CAETANO, 2010, p. 40).

Antunes (2007) sinaliza que a precarização do trabalho não se restringiu aos países em desenvolvimento, mas se expandiu às grandes potências. Diante de mercados flexibilizados e competitivos, os países desenvolvidos foram impelidos a implementar mudanças referentes ao trabalho. Convergente com esta concepção, Giannotti (2007) assegura que em todos os países capitalistas avançados foram aplicadas políticas como privatização de empresas públicas, terceirização, precarização da mão de obra e desregulamentação das relações entre capital e trabalho.

Essas constatações nos levam a crer que, em termos globais, a flexibilização do mercado e a desregulamentação do trabalho produziram efeitos em patamares semelhantes. Como exemplo, aludimos a crise financeira internacional (2008- 2009), cujos efeitos se estenderam aos Estados Unidos, Europa e restante do mundo e deixaram países como Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha em situação crítica conforme pontuado por Lopez, Rodrigues e Agudelo (2010).

Silva (1999) coloca que “as ações dos governos e, particularmente dos sindicatos, com políticas públicas de emprego são uma resposta ativa e necessária para a superação do mal-estar criado com a nova situação do trabalho no mundo” (SILVA, 1999, p. 21). Diante do exposto, cabe questionarmos qual a posição que o Estado ocupa no que tange ao trabalho. Segundo a OIT (2009), a redução da informalidade é um elemento central para a promoção do “trabalho decente”. Logo, em que medida o Estado tem contribuído para que o quadro, no que tange ao trabalho, demonstre uma realidade diferente da apontada nos estudos mencionados?

Guardadas as particularidades de cada país, constata-se que as ações dos governos têm priorizado a estruturação econômica em prejuízo dos direitos sociais, pois o que se verifica é que a fórmula para dirimir a crise se constitui na

ajuda do governo para fortalecimento do capital em detrimento da estabilização do emprego.

O impacto decorrente da flexibilização do mercado atingiu o Brasil nos anos de 1990. Nesse período o país passou por situação semelhante a que atualmente ocorre nos países desenvolvidos. No entanto, por saber que a crise atingiu diferentes setores da economia, não é demais salientar que neste estudo damos destaque a precarização do trabalho no serviço público tendo como Unidade de análise a EPSJV. Retomando o cenário mais geral no tocante ao serviço público, podemos afirmar que a precarização do trabalho, quantitativamente expressa no ingresso de trabalhadores com vínculos precários nesse setor, se avolumou de tal forma que no governo Lula (2003- 2010) foram discutidas maneiras de se reverter o quadro referente a força de trabalho (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006) no serviço público. Todavia, antes de adentrarmos nessa questão é importante elencar alguns aspectos que contribuíram para essa situação.

Nos anos de 1990 o Brasil adotou o pacote de medidas do Consenso de Washington, cuja política visava promover o ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento que passavam por necessidades (GIANNOTTI, 2007). A inserção do país implicou em reconfigurações que tiveram reflexos na economia, na política e na área social, pois essa política internacional englobava dez regras básicas: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária, juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação, leia-se o afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas; e direito a propriedade intelectual.

Tendo como pano de fundo esse contexto, Gianotti (2007) aponta o último decênio do século XX como aquele no qual os trabalhadores começaram a sentir os efeitos da precarização do trabalho, a começar pela tentativa de eliminação dos direitos sociais. No entanto, esse era o resultado esperado visto que nesse quartel de tempo almejava-se a adequação da política econômica do Estado nacional aos moldes do capital, fazendo valer a expressão: o Estado

mínimo subordinado ao mercado máximo reiterando o núcleo do projeto da classe dominante (BEHRING, 2001). Dito de outra forma: sob o ângulo de compreensão do mercado, a manutenção dos direitos sociais onerava a máquina estatal e impedia a liberdade do mercado, portanto, “[...] quanto mais flexível a legislação nacional, mais atrativo seria o país na captação de investimentos internacionais” (SILVA, 1999, p. 89).

A história nos mostra que o Brasil pagou um alto preço visto que para adentrar no mercado globalizado fez concessões cujos reflexos se estendem até os dias atuais. No que tange ao Estado, a promessa de modernização reduziu seu poder, bem como o revestiu com o “manto do atraso” (GIANNOTTI, 2007). Com isto, a intervenção do Estado na economia decresceu. Suas ações se limitaram a facilitar as transações do capital atuando na eliminação das barreiras que o engessavam. Concomitante a isso, a lógica da gestão privada foi se capilarizando na dinâmica dos processos de trabalho no serviço público.

Nesse sentido, Neto (2010), ao discorrer sobre o conceito de inovação na administração pública, coloca que o mesmo foi fruto de “[...] uma série de motivos os quais acabaram por redundar num profundo processo de Reforma de Estado tanto em nível de estrutura quanto em nível de bens e serviços oferecidos aos seus cidadãos” (NETO, 2010, p.8). Na sequência, o conceito de inovação na administração pública envolve novas abordagens para a solução de um problema; e diz respeito à relação do cidadão com o Estado. A conexão desse conceito com a entrada de trabalhadores no serviço público sem realização de concurso, foi justificada pela necessidade de adequação desse setor de modo a instrumentalizá-lo para a demanda que surgia referente a criação de novas tecnologias, comunicação e informação, pois o setor privado, sintonizado com o toque de instabilidade e a concorrência imposta pelo mercado, prestava serviços de qualidade superior e, portanto, colocava em questão os serviços que vinham sendo prestados pelas instituições públicas. Diante dessa situação, a incorporação de trabalhadores efetivou-se por meio de vínculos precários.

1.1. O perfil da Força de Trabalho da FIOCRUZ

Alencar e Granemann (2009) asseguram que a ofensiva do capital contra o trabalho tem se efetuado de modo extremo levando-o a sua mais completa subjugação, que se concretiza por meio da gestão privada do uso do trabalho, cujo elemento propulsor é a coação econômica do mercado.

Diante do contexto vivenciado pelo país nos anos de 1990, a FIOCRUZ não ficou impermeável as mudanças que se processaram em escala global e sucumbiu a precarização do trabalho através da contratação de trabalhadores com vínculos precários.

Para confirmar esse quadro, no documento intitulado “ FIOCRUZ: A força do trabalho” (FIOCRUZ, 2004), divulgado oficialmente na instituição, é demonstrado como as mudanças macro estruturais incidiram sobre a gestão do trabalho na Fundação e colocaram em evidência a dificuldade em identificar e gerir sua força de trabalho, levando a própria instituição, representada pelas câmaras técnicas, a encaminhar resoluções do Congresso Interno, relativas a “desprecarização” dos vínculos de trabalho, ao Governo Federal. Convém destacar que o número de trabalhadores terceirizados sobrelevou-se ao quadro permanente de servidores, conforme aponta o estudo de Araújo (2009). A autora também destaca que, apesar da inserção de novos servidores com o concurso que foi realizado no ano de 2006 e que incorporou cerca de 1,3 mil servidores visando cumprir o “Termo de Ajuste de Conduta” (TAC) proposto pelo Ministério Público, essa medida não foi suficiente para alterar a estatística referente a distribuição da força de trabalho conservando o quadro de servidores inferior ao quantitativo de trabalhadores terceirizados (ARAÚJO, 2009), conforme pode ser conferido na seguinte tabela:

Tabela 1- Número de trabalhadores da FIOCRUZ, segundo vínculo

Tipo de vínculo de Trabalho	2005	2006	2007	2008	2009
Servidor	3.248	3.331	4.609	4.583	4.581
Terceirizado	4.527	4.581	5.479	5.546	5.754
Bolsista	1.016	1.080	1.106	1.171	1.136
Total	8.791	8.992	11.194	11.300	11.471

Fonte: Fita Espelho SIAPE e SGA-RH- Posição fev/2006, dez/2007, jul/2008, abr/2009 apud ARAUJO (2009).

Embora os dados apresentados se refiram à quantidade superior de terceirizados na instituição como um todo e não especificamente a EPSJV (Unidade de análise do estudo), podemos constatar que a questão referente a gestão da força de trabalho na instituição é complexa. Outro aspecto a destacar é que optamos pelos períodos expressos na tabela porque a mesma reflete o quadro funcional da instituição durante a vigência do governo Lula, portanto, o momento em que a política de despreciação começa a ser implementada.

No Politécnico as contratações dos pesquisadores visitantes efetivaram-se via programas de incentivo a pesquisa como o PAETEC- FAPERJ, durante o período de 1994 a 2011. Em entrevista a revista da ASFOC (2000), a então diretora da escola, professora Tânia Celeste, também sinalizou para a questão relacionada aos vínculos precários. Ao falar sobre o futuro da FIOCRUZ e a transformação da instituição em Agência executiva, colocou que:

deposita esperanças de que este processo traga maior flexibilidade para a questão dos recursos humanos, pois temos um número significativo de profissionais com vínculos precários. Esta é uma das maiores dificuldades para a consolidação do projeto institucional da Escola. (ASFOC, 2000).

Assim, se de um lado o “Estado”, representado aqui pela instituição FIOCRUZ, vem colocando em prática a “despreciação” fundamentalmente pela realização de concurso público para provimento de vagas para funcionários efetivos. Por outro, pelo ângulo do trabalho, suspeitamos que exista um conjunto de problemas que persistem configurando a necessidade de intervenções para que de fato se “desprecie” o trabalho no serviço público. Desse modo,

formulamos a seguinte questão norteadora: Qual a perspectiva dos trabalhadores para que, de fato, se efetive uma política de desprecarização?

O levantamento bibliográfico enumerou alguns estudos (MACHADO; KOSTER, 2011; JORGE ET. AL, 2007; SILVA, 2006; NOGUEIRA; BARALDI; RODRIGUES, 2005) que abordam a desprecarização do trabalho. Por meio deles verificou-se que:

- Embora a desprecarização do trabalho já tenha sido iniciada, esta precisa ser aprimorada e ampliada abrangendo as dimensões do mundo do trabalho, do processo de trabalho, da composição das equipes de trabalho, entre outras questões;
- A persistência da precarização no serviço público aponta para a necessidade de implantar e/ ou implementar uma política de recursos humanos que supere a dicotomia entre o proposto e o operacionalizado;
- Os impactos das reformas administrativas no setor saúde dificultam a eficácia das políticas de desprecarização, dado que elas divergem do plano macroeconômico;
- Há limites nos conceitos de precarização e desprecarização do trabalho de acordo com os pressupostos de natureza jurídica que precisam ser muito bem elucidados.

1.2. Objetivos

Objetivo geral:

- Contribuir para a construção crítica da categoria *desprecarização* sob o ângulo da compreensão do trabalhador

Objetivos específicos:

- Analisar os sentidos atribuídos pelo trabalhador em relação à efetivação da política de despreciação do trabalho;
- Dar visibilidade a situação de preciação do trabalho dos pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O sentido do trabalho na cena contemporânea

Para a análise do sentido do trabalho no capitalismo destacamos o principal elemento contido na formulação marxiana segundo a qual o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social. Filho (1999) reafirma o pressuposto de Marx ao colocar que o trabalho, como expressão fundante de humanização, é apreendido como uma relação transformadora do homem com a natureza considerando sua essência como ser social. Nada obstante, o sistema capitalista impõe a mais desigual das trocas que é a troca da vida pela sobrevivência, expressa na conversão da força de trabalho em mercadoria.

Na esteira da concepção acima referida, a conversão da força de trabalho em mercadoria constrange o trabalhador a fazer de suas aptidões um objeto de consumo disponível no mercado de trabalho. Essa relação é reconhecida como injusta pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) através do documento intitulado Declaração da OIT Sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho. Para amenizá-la, a OIT propõe a promoção de políticas, conforme transcrevemos:

Considerando que o crescimento econômico é essencial, mas insuficiente, para assegurar a equidade, o progresso social e a erradicação da pobreza, o que confirma a necessidade de que a OIT promova políticas sociais sólidas, a justiça e instituições democráticas. (OIT, 1998, p.1).

Todavia, para entendermos a necessidade de promoção de políticas sociais, como aquelas voltadas para a inserção de trabalhadores no mercado

formal de trabalho, é necessário se refletir sobre a mudança de status do trabalho, defendendo e reforçando a ideia de que o trabalho passou de ponto de partida do processo de humanização à meio de subsistência.

Sávchenko (1987), ao definir trabalho, coloca que o mesmo:

é a atividade racional do homem, com a qual ele adapta os objetos da natureza, de modo a satisfazer suas necessidades. No processo de trabalho o homem despende energia física, nervosa e mental e cria os produtos necessários para sua existência. (SÁVTCHENKO, 1987, p. 7).

Partindo dessa colocação, inferimos que o trabalho humano caracteriza-se por transformar e, ao mesmo tempo ser transformado pela atividade. O mesmo entendimento é compartilhado por Canoas e Swain (2007) quando os autores colocam que “o ser humano se expressa em sua totalidade através da atividade. [...] A atividade humana, essa energia mental e física própria do trabalho humano, que realiza a plenitude da vida pessoal”. (CANOAS; SWAIN, 2007, p. 17). Retomando Sávchenko:

O desenvolvimento dos elementos da atividade intelectual contribui para a transformação do trabalho num processo criador. O trabalho é criador, quando o trabalhador toma decisões originais, improvisadas, e quando ele compreende o objetivo final da tarefa que lhe é incumbida. (SÁVTCHENKO, 1987, p. 26).

No entanto, essas características que apontam para a emancipação do ser social via trabalho, esbarram no “caráter do trabalho”, pois, de acordo com o autor, “o caráter do trabalho está intimamente ligado ao desenvolvimento do regime social”. (SÁVTCHENKO, 1987, p. 29).

Seguindo essa linha, encontramos em Antunes (2007) o pensamento segundo o qual as transformações que vem sendo observadas no mundo do trabalho apreendem o sentido do trabalho como se este fosse externo ao processo de humanização. Isto ocorre porque os ideais da sociedade capitalista degradam e aviltam o trabalho, transformando-o em algo estranhado, ou seja, o resultado do processo de trabalho é alheio ao trabalhador visto que, sob o capitalismo, ele se torna um meio e, portanto, alija-se do processo de trabalho em sua totalidade. O trabalho não é percebido como parte da essência do trabalhador, mas é apreendido como se estivesse em uma dimensão diferente

de sua existência. Com isto, reafirma-se o exposto por Marx (1989) no que tange ao trabalho. “[...] O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele”. (MARX, 1989, p.153).

Bauman (2001), também observa elementos que desvelam a nova configuração do trabalho. Segundo o autor, existe uma desconexão do trabalho em relação à totalidade a qual pertencia naturalmente. Para fundamentar esse argumento, o autor utiliza a expressão atos de trabalho que:

se parecem mais com as estratégias de um jogador que se põe modestos objetivos de curto prazo, não antecipando mais que um ou dois movimentos. O que conta são os efeitos imediatos de cada movimento; os efeitos devem ser passíveis de serem consumidos no ato. (BAUMAN, 2001, p.159).

Do conteúdo exposto, depreendemos que a ideia de totalidade é decomposta em atos de trabalho, com duração determinada. O que sugere um desligamento e uma não identificação entre trabalhador e trabalho. Posicionamento teórico similar é compartilhado por Sennett (2011), que afirma que a tendência é “comprar trabalho” em oposição ao que ocorria no período denominado de mercado rígido, a saber, “empregar trabalhadores”. O autor afirma que, devido ao caráter do trabalho no capitalismo, os trabalhadores adquirem um comportamento de culpabilização ao não se adaptarem aos novos condicionantes do trabalho, como se fatores exógenos não influenciassem os rumos que o trabalho vem tomando na atualidade. Em outras palavras, o trabalho alcançou um nível que coloca o trabalhador aquém da sua vontade. Neste sentido, a plenitude da vida pessoal não se completa visto que parte da essência do trabalhador lhe é retirada como se fosse possível desvincular trabalho de quem o executa.

No que tange a decomposição da totalidade do trabalho em atos, damos continuidade a substituição proposta por Bauman (2001) referente a mentalidade de curto e longo prazo na qual a primeira substitui a segunda. A mentalidade de curto prazo está em sintonia com a flexibilização do mercado, cujas resoluções reverberam no trabalho e reconfiguram os vínculos laborais. Esse quadro se

consolida no capitalismo leve e flutuante, que é o período pós- fordismo. A mentalidade de longo prazo se refere a modernidade sólida, cujo ápice foi o fordismo.

Destarte, o autor faz uma analogia comparando a modernidade sólida e a modernidade líquida ao casamento divino e coabitação anunciando o declínio do primeiro em prol da ascensão do segundo. Feitas essas considerações e analisando o trabalho em consonância com as transformações que ocorreram a partir da ascensão do ‘capitalismo leve e flutuante’, Bauman (2001) infere que aquilo que parecia contínuo e estável, no que diz respeito ao trabalho, passou a ser questionado posto que era incompatível com as necessidades que emanavam num momento marcado pela flexibilização do mercado.

Assim, o termo ‘casamento divino’ simboliza a união entre capital e trabalho durante o período da modernidade sólida, como exposto no seguinte trecho:

Os trabalhadores dependiam do emprego para sua sobrevivência; o capital dependia de empregá-los para sua reprodução e crescimento. Seu lugar de encontro tinha endereço fixo; nenhum dos dois poderia mudar-se com facilidade para outra parte- os muros da grande fábrica abrigavam e mantinham os parceiros numa prisão compartilhada. Capital e trabalhadores estavam unidos, pode-se dizer, na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença, até que a morte os separasse. A fábrica era seu habitat comum- simultaneamente o campo de batalha para a guerra de trincheiras e lar natural para esperanças e sonhos. (BAUMAN, 2001, p. 166).

Entretanto, a ‘estabilidade relativa’ da modernidade sólida foi progressivamente substituída pela ‘incerteza do presente’ que, segundo o autor equivale a “[...] uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a ideia de ‘interesse comum’ fica cada vez mais nebulosa e perde todo o valor prático”. (BAUMAN, 2001, p.170).

A passagem do ‘casamento divino’ a ‘coabitação’, se traduziu pelo “desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho”. (BAUMAN, 2001, p.171). Pois a ideia de união eterna tornou-se

incongruente com o momento vivenciado pelo capital na fase leve e flutuante do capitalismo. Nas palavras do autor:

Se manter-se juntos era uma questão de acordo recíproco e de mútua dependência, o desengajamento é unilateral: Um dos lados da configuração adquiriu uma autonomia que talvez sempre tenha desejado secretamente mas que nunca havia manifestado seriamente antes. Numa medida nunca alcançada na realidade pelos 'senhores ausentes' de outrora, o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho com uma nova liberdade de movimentos, impensável no passado. A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho. (BAUMAN, 2001, p.171).

Depreendemos que o desengajamento e o enfraquecimento dos laços que uniam capital e trabalho interferiram no próprio sentido do trabalho, pois o desconstruíram enquanto elemento fundante de humanização. Usando as palavras de Alves (2011) “[...] na medida em que a força de trabalho torna-se mercadoria- um dos pressupostos essenciais para extração da mais- valia, ocorre uma cisão no espaço interior da individualidade pessoal”. (ALVES, 2011, p. 48).

Ressalta-se, então, que o sentido de “trabalho” adotado neste estudo é aquele de acordo com o qual o trabalho é o elemento fundamental para emancipação do trabalhador, posto que é nele e por ele que o homem se realiza; e é por meio dele que o trabalhador é reconhecido socialmente, reafirmando, desta forma, a centralidade do trabalho enquanto “organizador da vida social” (MENDES; DIAS, 1991).

2.1.1. Saúde do Trabalhador

Mendes e Dias (1991) chamam atenção para alguns aspectos epistemológicos do campo: o primeiro deles é que o objeto da saúde do trabalhador é definido como o processo saúde doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho. Importa ressaltar que a concepção de saúde é compreendida numa dimensão mais ampla conforme definida na VIII conferência

Nacional de saúde, realizada em Brasília- DF em 1986; o segundo é que a saúde do trabalhador leva em consideração sua subjetividade, uma vez que busca resgatar o lado humano do trabalho; outro ponto relevante nessa abordagem é que o trabalho é entendido como organizador da vida social. Os autores reconhecem que, embora seja um espaço de dominação e submissão, o trabalho também é entendido como um espaço de resistência, de constituição, e do fazer histórico.

Ainda na esteira das características referentes ao campo da saúde do trabalhador, encontramos em Lacaz (2007) uma importante definição referente ao campo. O autor coloca que

a saúde do trabalhador é o campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico- metodológico, no Brasil, emerge da saúde coletiva, buscando conhecer (e intervir) (n)as relações trabalho e saúde- doença tendo como referência central o surgimento de um novo ator social: a classe operária industrial. (LACAZ, 2007, p. 758).

No que tange ao surgimento dos trabalhadores como atores sociais, a perspectiva do campo da saúde do trabalhador atribui um papel de protagonismo político aos mesmos. Encontramos na literatura do campo o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos no processo de produção de conhecimento sobre a relação saúde e trabalho e coautores, ao lado dos pesquisadores, de ações que resultem em mudanças e em melhorias nos ambientes laborais nocivos ao homem (ODDONE et al, 1986). Nesse enfoque existem princípios fundamentais que servem de base a uma epistemologia que privilegia o encontro e o debate coletivo, bem como a valorização das experiências dos participantes.

Por outro lado, é preciso lembrar que no cotidiano laboral, os trabalhadores ainda se deparam com a hegemonia de práticas ligadas à medicina do trabalho e saúde ocupacional, orgânicas aos interesses patronais e de mercado, fortemente vinculadas ao projeto neoliberal e ao desmonte do setor público (GUIDA et al, 2012).

Diante do exposto, destacamos e participamos da concepção de que o campo da saúde do trabalhador visa, ao fim, resgatar o real *ethos* do trabalho, a saber: libertário e emancipador (LACAZ, 2007).

2.2. Precarização: Uma discussão conceitual

O Novo Dicionário Aurélio define o vocábulo precário como “pouco durável, insustentável”. Essa definição, embora não se refira especificamente a precarização do trabalho nos sugere, como predicado, que aquilo que é precário se constitui em algo negativo dado que a interpretação desse vocábulo nos remete a algo incerto e duvidoso. Nesse sentido, ao analisarmos o significado denotativo de precário em conformidade com a nova natureza do trabalho imposta pela flexibilização do mercado, vemos que ele ratifica a interpretação de autores que colocam que a precarização destituiu o trabalho de seu caráter, pois “[...] transformou o trabalho em emprego com incertezas, sem direitos ou poucos direitos”. (BARRETO; HELOANI, 2011, p.174).

Mony e Druck (2007), ao trazerem o debate sobre precarização do trabalho para o contexto brasileiro, ponderam que ao falarmos sobre precarização no Brasil, nos referimos fundamentalmente aos resultados e impactos da flexibilização expressos: na fragmentação e segmentação dos trabalhadores; heterogeneidade, individualização e fragilização dos coletivos; informalização do trabalho; fragilização e crise dos sindicatos; e, segundo a autora, a mais importante de todas, refere-se a ideia de perda – de direitos e de todo o tipo –, e degradações das condições de saúde e de trabalho. As autoras também destacam que a precarização se constitui na implicação mais forte da flexibilização.

Outro ponto, no que diz respeito a precarização no Brasil, é que na análise desses estudos não são encontradas diferenças entre os termos precarização e precariedade. Ambos possuem o mesmo sentido. Todavia, ao compararem os estudos brasileiros com a sociologia francesa, as autoras concluem que nos estudos brasileiros o conteúdo referido equipara-se ao

utilizado no contexto francês, pois os dois países, ao se referirem a precarização, interpretam-na como precarização do trabalho. Eis a concepção:

processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho- onde terceirização / subcontratação ocupa um lugar central- e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical. (MONY; DRUCK, 2007, p. 30- 31).

Para complementar, as autoras reconhecem que, embora o significado do termo “precarização” no Brasil assemelhe-se ao que, na literatura francesa, refere-se a precarização do trabalho, existem diferenças entre a precarização francesa e a brasileira. Segundo elas, não resta dúvidas de que no segundo país, a precarização é mais avançada e segue linhas diferentes de acordo com a região, portanto, é um processo que ainda está em curso. Com o fim de exemplificar, citam as diferenças regionais do Brasil que condicionam o tipo de precarização em cada Estado, e destacam que em São Paulo, por exemplo, a precarização se propaga de forma acelerada, ao passo que no nordeste ela tem sido a marca principal do emprego e do trabalho desde os tempos da escravidão. De acordo com as autoras, em algumas situações, a precarização esteve presente desde os tempos mais remotos, mesmo quando ainda não usávamos o termo precarização do trabalho para definir esse processo social.

A partir do exposto, percebemos a complexidade do tema da precarização, visto que mesmo em um único país ela pode assumir diferentes nuances, não seguindo uma mesma lógica. Tendo por base o estudo citado, vemos que ela segue contornos condizentes com a história de cada região e de cada local. Acreditamos que essas diferenciações contribuem para que pensemos nos limites de uma única definição para o conceito de precarização, visto ser esse um processo heterogêneo e repleto de significações para as pessoas, embora em termos econômicos estruturais seja produto da globalização e da nova lógica capitalista de reestruturação produtiva neoliberal.

Essas limitações referentes ao conceito de precarização são também reconhecidas por Nogueira, Baraldi e Rodrigues (2005), pois ao discorrerem sobre precarização, os autores apontam lacunas em sua interpretação. Segundo eles, ao nos referirmos ao conceito de precarização, devem ser observadas três significações. São elas: precariedade do trabalho; extensão temporal dos contratos; e vulnerabilidade da condição de emprego do trabalhador em determinados segmentos da economia.

O aspecto que aqui destacamos é que a precariedade do trabalho estaria ligada a situação de “desproteção social do trabalho” (CASTEL, 1998). Neste tópico se encaixam as perdas referentes aos direitos sociais adquiridos historicamente pelos trabalhadores. Ou seja, é a situação na qual o trabalho se realiza desprovido de certos direitos e benefícios que persistem como problema clássico e que atinge os trabalhadores.

A segunda interpretação, extensão temporal dos contratos, coloca que as formas de contrato por tempo determinado são precárias. Para exemplificar, extraímos o seguinte trecho:

O caráter de precariedade diz respeito, nesses casos, não só a eventual redução da amplitude da proteção social ao trabalho, implicando um menor número de direitos e benefícios, mas também ao fato de esse tipo de contrato ter duração curta ou bem delimitada no tempo, criando um sentimento de instabilidade no trabalhador. (NOGUEIRA; BARALDI; RODRIGUES, 2005, p.83).

A terceira interpretação, referente à vulnerabilidade da condição de emprego do trabalhador em determinados segmentos da economia, pondera a instabilidade como condição de emprego do trabalhador em determinados setores da economia. Esse é o conceito adotado pela OIT, que define a vulnerabilidade do trabalhador não somente em termos de inexistência de proteção social ou da duração limitada do contrato de trabalho. A instabilidade também estaria ligada a falta de vigor e competitividade do setor gerador de emprego. Por este motivo, esses empregos certamente seriam destruídos colocando esses trabalhadores em situação de vulnerabilidade.

As interpretações relativas ao conceito de precarização reforçam o exposto por Mony e Druck (2007) no sentido de que não há uma interpretação única. No entanto, algo nos parece certo, em geral as interpretações convergem para um mesmo ponto, a saber, que a precarização se constitui na implicação mais forte da flexibilização. Pois flexibilizar o mercado de trabalho através, principalmente, do afrouxamento das condições jurídicas que regem o contrato de trabalho, demandou a adequação do trabalho aos novos parâmetros impostos pelo Capital. Nesse sentido, a precarização, entendida como “processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança”. (MONY; DRUCK, 2007, p. 30) contingenciou o trabalho as necessidades do mercado.

As conseqüências decorrentes da precarização associada a flexibilização são exatamente as formas precárias de contratação, o enfraquecimento dos sindicatos, o sentimento de instabilidade, as perdas referentes a proteção social. Todas elas contribuindo para a desumanização do trabalho, personificado na pessoa do trabalhador.

Tomando como base a discussão trazida por esses autores, ao nos referirmos a precarização, a concepção adotada será exatamente aquela que a entende como um processo social que tem como marca principal a ideia de instabilidade propiciada pela flexibilidade dado que a segunda impõe a condição de existência da primeira. Em termos práticos, as conseqüências desse processo, de precarização do trabalho, reverberam na flexibilização da legislação brasileira, que atinge as relações contratuais de trabalho, ou seja, interfere na jornada de trabalho, nas condições em que o trabalho deve ser exercido, e nos direitos e deveres de empregados e trabalhadores. Do mesmo modo, as conseqüências desse processo também atingem os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, que são: Previdência social, seguro acidentes de trabalho, licenças, férias remuneradas, aposentadoria, recebimento de décimo terceiro, dentre outros.

3. TRABALHO E (DES)PRECARIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO

Neste capítulo, delineamos o cenário que propiciou a precarização do trabalho no serviço público, de modo que a discussão acerca da desprecarização do trabalho ganhasse relevância. Tomando como referência o documento desenvolvido pelo Ministério da Saúde (2006), verifica-se que no discurso oficial, o trabalho precário termina por se constituir em obstáculo para o desenvolvimento do sistema público nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). É assim que, nos termos dos textos oficiais, a desprecarização do trabalho em saúde tem como finalidade concretizar uma política de valorização do trabalhador, entendendo que uma das formas para alcançar esse objetivo é o acesso ao trabalho através de concurso público. Porquanto, a estabilidade no emprego é o princípio fundamental para que a instituição pública se constitua em uma instituição claramente orgânica com os interesses da sua população, conforme preconiza a carta magna brasileira.

3.1. Recorte histórico dos anos de 1990 até o Governo Lula

Diniz (2011) enfatiza que os anos de 1990 “[...] representaram um corte na trajetória do capitalismo brasileiro, cujo cerne seria a ruptura com o nacional desenvolvimentismo”. (DINIZ, 2011, p. 498). No decorrer desse processo, o governo Collor (1990- 1992) pode ser compreendido como aquele que preparou o terreno para que os “ajustes estruturais” fossem aplicados seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Uma das medidas consistiu na mudança de papel do Estado. De agente forte e intervencionista se lutou por um Estado que interferisse o mínimo possível na liberdade individual e nas atividades econômicas (GIANNOTTI, 2007).

Para tanto, algumas providências foram tomadas. Dentre elas, citamos as principais: desregulamentação da economia; privatização de todos os serviços públicos, das empresas estatais aos serviços de água, luz, gás, transportes etc;

ataque aos direitos trabalhistas, acompanhada da necessidade de enfraquecer os sindicatos; e ataque aos servidores públicos. No que tange a essa categoria de trabalhadores, o governo Collor tomou algumas medidas, tais como: fechamento de Órgãos; e privatização e demissão sumária de funcionários. Todavia, as restrições impostas pela legislação impediram que o ajuste dessa categoria fosse feito pela via da demissão. Assim, a saída encontrada e viável foi a contenção-suspensão dos concursos públicos. (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012).

Tomando esse quadro como referência, não é difícil constatar que o governo tratou o emprego público como problema fiscal. Assim, o que se observou foi a queda no emprego na esfera federal e estadual no último decênio do século XX, conforme lemos no seguinte trecho:

O setor público empreendeu importante ajuste no pessoal ocupado, os dados apontam relativa estabilidade no número de empregados públicos, mas considerando o nível de governo observou-se uma queda nos empregos na esfera federal e estadual na década de 1990. (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012, p. 169).

A condução de Itamar Franco (1992- 1994) à presidência da república representou a continuidade ao programa iniciado por Collor insuflando a insatisfação dos trabalhadores com relação aos rumos da política econômica. Esse descontentamento se concretizou por meio de protestos, cujas reivindicações questionavam as transformações econômicas que afetavam o mercado de trabalho e atacavam diretamente os direitos conquistados pelos trabalhadores. (GIANNOTTI, 2007).

Bispo Junior (2009) ao se referir à política econômica de FHC (1994-2002) acentua a intensificação da adequação ao receituário neoliberal, com os programas de ajuste macroeconômico e a reforma do aparelho do Estado. Ideia similar é compartilhada por Diniz (2011), segundo o autor “[...] Este, sustentado por ampla coalizão de centro-direita, executa uma drástica redefinição da agenda pública, atribuindo prioridade absoluta ao binômio estabilização econômica e reformas estruturais”. (DINIZ, 2011, p. 498)

Portanto, se a Collor coube a abertura do país para que o pacote de medidas neoliberais fosse implementado, a era FHC fez com que essas medidas se consolidassem, conformando um novo (e precário) mundo do trabalho. Essa constatação é corroborada por Alves (2000) que, ao discorrer sobre os mandatos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, sinaliza que na vigência do primeiro ainda não eram perceptíveis “[...] os resultados estruturais do novo complexo de reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho” (ALVES, 2000, p. 248). Para o autor, é a partir do Plano Real que a percepção desses resultados evidencia-se, pois foi nesse momento que a precarização do do trabalho revelou-se como inerente a própria lógica do novo crescimento capitalista.

Em consonância com o acima referido, destacamos que a implementação do Plano Real elevou a confiança do Brasil, pois, a princípio, esse Plano trouxe um alívio causando uma ligeira sensação de estabilidade econômica (GIANNOTTI, 2007).

No entanto, sob o prisma do neoliberalismo, estabilidade econômica e estabilização do emprego são ideias incompatíveis, especialmente se pensarmos em empregos públicos, pois a manutenção de um quadro eficiente de servidores é vista como problema econômico e fiscal.

É assim que Gomes, Silva e Sória (2012), ao levantarem os pontos da era FHC que tocaram diretamente o funcionalismo público, enumeram alguns aspectos do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado que criticavam o modelo anterior. Uma delas se dirigiu ao tópico referente ao ingresso no serviço público via concurso. Sob a ótica do governo, essa forma de ingresso se constituía em uma forma rígida que não condizia com as novas demandas do mundo do trabalho, uma vez que o concurso impunha uma rigidez que impediria o “recrutamento direto no mercado ou outras formas mais flexíveis de contratação” (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012, p. 169).

Os autores prosseguem destacando que a avaliação contida no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado com relação ao modelo anterior não se restringiu a forma de ingresso no serviço público, mas abrangeu outras

questões como, por ex, as relações de trabalho do setor. Assim, as críticas se dirigiram ao obsoletismo do funcionalismo público. Para essa questão, foram propostas medidas que, em última análise, aplicavam parâmetros estabelecidos pelo mercado de modo a torná-lo mais eficiente e eficaz. Tais como: avaliação de desempenho do funcionalismo premiando aqueles que obtivessem atuação destacada; políticas de qualificação e atualização permanente do quadro; e Revisão da Previdência do setor público, entendida como injusta, desequilibrada, e onerosa para o sistema. (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012)

Por fim, os autores colocam que o documento desvela a má distribuição do funcionalismo expressa na maior concentração de servidores em níveis operacionais e um déficit em atividades finalísticas.

Giannotti (2007) alude as Reformas do período FHC que faltaram para completar o projeto neoliberal. Assim, destaca, a Reforma Trabalhista se constituiu na modernização das leis do trabalho obtida por meio da flexibilização das leis trabalhistas vigentes. A Reforma Administrativa teve como alvo os servidores públicos, pois o objetivo principal consistiu: na quebra de estabilidade desses trabalhadores; e na abolição do concurso público. Por fim, a Reforma da Previdência atacou os direitos contemplados na constituição de 1988. Na verdade a intenção foi promover um corte com o conceito de seguridade social, pois, de acordo com Gomes, Silva e Sória (2012) as propostas mais importantes que apontaram para este fim, se expressaram através:

da instituição da aposentadoria por tempo de contribuição em substituição ao tempo de serviço; alteração da idade mínima para a aposentadoria (60 anos para os homens e 55 para as mulheres); da exigência de tempo mínimo de exercício no serviço público (dez anos) e na função (cinco anos); da extinção a aposentadoria proporcional por tempo de serviço. (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012, p. 170).

O desfecho decorrente da adoção do pacote de medidas imposta pelo FMI seguiu o caminho que outros países seguiram de modo que no ano de 2001 o governo FHC entrou numa profunda crise, devido a estagnação do crescimento econômico que tinha como mola propulsora a entrada de capitais estrangeiros. Junto a isso, “[...] o ano de 2001 vê avolumarem-se as greves no setor do funcionalismo público, que protestava oito anos sem reajuste, quase

sem concursos públicos, e contra a retirada sistemática de direitos já tradicionais”. (GIANNOTTI, 2007, p. 308).

O esgotamento dessa matriz de inserção internacional dos anos de 1990, que de acordo com Silva (2010) havia assumido o processo de globalização e a adoção de políticas neoliberais como eixos norteadores, levou o governo a criticar a estruturação do sistema internacional apontando que a globalização assimétrica gerava um descompasso entre os países. Deste modo, buscou-se um processo de reorientação que concedesse respostas as lacunas abertas pela adoção de políticas neoliberais. Nesse sentido, Diniz (2011) sinaliza que a primeira década do novo milênio “notabilizou-se pelo fortalecimento crítico e pela procura de uma redefinição de rumos no que se refere as prioridades da agenda pública”. (DINIZ, 2011, p. 498).

Quando Lula (2002- 2010) assume a presidência, encontra o país submerso no momento designado como Pós Consenso de Washington. Um dos tópicos que foi bem demarcado nesse governo foi a questão do desenvolvimento do Brasil sob outras bases. Para tanto, o governo partiu da concepção segundo a qual “[...] teria uma visão de sociedade essencialmente cooperativa, expressa através do conceito de pacto social e da prioridade atribuída as políticas de inclusão social”. (IDEM, 2010, p. 520). Além disso:

O Estado, nesta convenção, volta a assumir a liderança do processo de desenvolvimento, recuperando-se, inclusive, o papel primordial das empresas estatais, como a Petrobrás e Bancos públicos, funções abandonadas durante a primazia das diretrizes ortodoxas nos anos 90 do séc XX. (DINIZ, 2011, p. 520).

Com as atividades remodeladas, as ações estatais assumiram a posição de impulsionadoras do desenvolvimento do país. Não obstante, atender a essa demanda exigia a resolução de algumas questões, dentre elas a referente a inserção e permanência de trabalhadores com vínculo precário nas instituições públicas exercendo serviços especializados e de caráter finalístico. Nesse contexto, o governo Lula “[...] teria como propósito reestruturar o serviço público a partir de duas vertentes: o de fazer frente às demandas sociais e tornar o

Estado mais eficiente, inclusivo e eqüitativo". (GOMES; SILVA; SÓRIA, 2012, p. 172).

Extraímos da cartilha elaborada pelo Ministério da saúde (2006) o quadro que corrobora o saldo negativo deixado pela política que vigorou no país nos anos de 1990. Diz o texto

Fruto de uma política que vigorou a partir da segunda metade da década de 90, com as propostas de reformas estruturais do Estado Brasileiro, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho a partir da promulgação da EC n 19/ 1998, passaram a ser amplamente adotadas, não só no âmbito do Governo Federal, mas também em boa parcela dos estados e municípios. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p.10).

Essa realidade se contrapõe a concepção de um Estado forte apoiado em um funcionalismo público forte. É assim que destacamos outra passagem que revela a situação a qual chegou o quantitativo de trabalhadores, com vínculos precários nos serviços de saúde, atingindo um ponto que exigia o enfrentamento dessa questão.

No que concerne a área da saúde, o enorme processo de precarização do trabalho que ocorre a partir de então, fez com que chegássemos a uma condição em que cerca de 600 mil trabalhadores encontrem-se nessa condição, colocando, então, em franca situação de desconforto e de insegurança trabalhista e social, expressivo contingente de trabalhadores que prestam assistência a população. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006, p. 10).

Destarte, o Governo Federal atentou para esse problema e tratou o tema da despreciação do trabalho como política de governo assumindo-a como um de seus compromissos (Ministério da Saúde, 2006). Listamos um instrumento que contribuiu para que a despreciação do trabalho se concretizasse

tanto o Ministério Público do Trabalho como o Tribunal de Contas da União tem trabalhado no sentido de proibir a contratação de profissionais de forma terceirizada para a realização de atividades finalísticas nas instituições públicas ou de qualquer atividade continua, por cooperativas de trabalho. (FIOCRUZ, 2004, p.11).

É nesse contexto que nos referimos ao TAC¹, que foi a determinação do Ministério Público do Trabalho assinada com a União em 2002 que definiu um calendário de, em cinco anos, substituir funcionários terceirizados ou temporários contratados, via Organismos Internacionais ou Fundações, no Serviço Público. (MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2006)

3.2. Desprecarização do trabalho na FIOCRUZ

Partimos do pressuposto de que a perda da autonomia financeiro-administrativa da FIOCRUZ interferiu na dinâmica da instituição e na gestão de sua força de trabalho. (FIOCRUZ, 2004)

Benchimol (1990) atesta que a FIOCRUZ é uma instituição que conquistou sua autonomia financeiro-administrativa sob a direção de Oswaldo Cruz, tendo como inspiração o Instituto Pasteur, cujas atividades eram condensadas no tripé pesquisa, ensino e produção. Essa autonomia, que propiciou à instituição a manutenção de seus processos de trabalho sem interferência externa perdurou até aproximadamente os anos de 1930.

Pela reconstrução da história entende-se, primeiramente, que o contexto pelo qual o país passava nesse período demandava um maior controle do Estado sobre as atividades econômicas e sociais fazendo com que Vargas (1930- 1945) pusesse fim a estrutura descentralizada da República Velha. Com isso, as instituições ligadas à saúde, ensino e pesquisa foram incorporadas aos Ministérios, o que significou a sujeição das mesmas a esses Órgãos. É então que o Instituto Oswaldo Cruz passa da pasta de justiça para a Jurisdição do

¹ - Termo de Ajuste e Conduta (TAC) é um acordo firmado entre o Ministério Público e a parte interessada, de modo que esta se comprometa a agir de acordo com as leis trabalhistas, sob pena de multa, tal como dispõe o artigo 5 § 6 da lei 7347/ 1985. É, portanto, um título executivo extrajudicial, o que significa dizer que seu descumprimento enseja uma ação de execução, proposta pelo Ministério Público do Trabalho junto a Justiça do Trabalho (MPT, 2012). No caso da FIOCRUZ a situação do quadro de pessoal levou o governo federal a tomar medidas de provimento de cargos com a realização de concursos públicos. A substituição de funcionários terceirizados ou temporários, contratados via cooperativas ou fundações, foi uma determinação do Ministério Público do Trabalho que assinou com a União um Termo de Ajuste de Conduta-TAC.

Ministério de Educação e Saúde Pública ganhando a denominação de Departamento de Medicina Experimental de modo a se manter subordinado diretamente ao ministro. No ano seguinte, em 27 de maio de 1931, o Departamento passou a ser regido pelo quarto regulamento de sua história, que não alterou sua estrutura interna, mas teve como novidade a concessão do título de professor, com as regalias a que tinham direito os dos institutos de ensino superior, aos pesquisadores com mais de dez anos de serviços efetivos (BENCHIMOL, 1990). O autor ainda destaca que

Nos anos subseqüentes a Revolução, a tônica dos relatórios de Chagas, até a sua morte, em 1934, e depois de Cardoso Fontes (1934- 1941) era ainda a crise financeira que feria fundo a carne da instituição, com todas as suas seqüelas: insatisfação dos funcionários, evasão de pesquisadores, deterioração e obsolescência das instalações físicas e equipamentos, queda de qualidade na produção científica. (BENCHIMOL, 1990, p. 69)

Na esteira das transformações pelas quais a instituição passou, aludimos a medida tomada pelo ministro Gustavo Capanema. A estrutura extremamente centralizada da Fundação foi transferida “[...] do Departamento Nacional de Educação para o de saúde, e a incorporação de sua renda a receita geral da União passando todos os seus serviços a serem custeados por dotações do orçamento do ministério”. (BENCHIMOL, 1990, p. 70). Ato contínuo, a centralização administrativa e financeira foi reforçada pela criação da DASP^{II}. Essa medida dificultou a entrada de pesquisadores no instituto devido a longa espera para abertura de novas vagas. Diante da perda de autonomia administrativa, a instituição tornou-se vulnerável as ingerências políticas externas. Nesse contexto, as gestões que se sucederam a contar dos anos de 1950 constituíram-se em gestões curtas e descontínuas. Junto a isso, em 1951, a criação do CNPq, e, dois anos mais tarde, em 1953, a vinculação do instituto ao Ministério da Saúde serviram para acirrar as disputas internas de poder (BENCHIMOL, 1990).

^{II} foi um órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo decreto-lei 579, em 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas (período do Estado Novo). Fazia parte de um esforço de reforma na administração pública brasileira, e já estava previsto na constituição de 1937. Além de fornecer elementos para melhoria da máquina pública, o DASP deveria fornecer assessoria técnica ao presidente da república e elaborar a proposta orçamentária.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como entidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde foi criada em 13 de novembro do ano de 1974 por meio do decreto n 74.891 (FIOCRUZ, 2004). No período posterior aos anos de 1990, podemos observar por meio do documento intitulado “Regulação do Trabalho” (FIOCRUZ, 2004) o quadro a que a Fundação chegou no que tange a sua força de trabalho:

A expansão da prestação de serviços públicos ocorrida na década de 90, principalmente nas áreas sociais de saúde e educação, ocorreu em um contexto de severas restrições a concessão de vagas para incorporação de quadros através de concursos públicos. (FIOCRUZ, 2004, p 3).

Diante desse cenário, a incorporação de trabalhadores ocorreu sob “novos formatos de contratação de pessoal para diferentes finalidades, incluindo serviços especializados e de caráter finalístico”. (FIOCRUZ, 2004, p.3). Esse tipo de inserção findou por transformar o regime de contratação da FIOCRUZ numa “colcha de retalhos” fazendo com que na apresentação dos tópicos do Plano Quadrienal 2001- 2004 fossem discutidas a superação das situações de vínculos precários substituindo-os através “[...] da incorporação gradativa dessa força de trabalho, com prioridade de acesso ao emprego público” (ASFOC, 2001, p.6)

Assim, no Plano Quadrienal 2001- 2005 as proposições no que tange a força de trabalho abrangeram os seguintes pontos: definir o perfil da força de trabalho da FIOCRUZ, desenvolver estudos sobre a multiplicidade de vínculos, e propor formas de gestão que superassem as situações de vínculos precários (FIOCRUZ, 2004) atendendo o disposto na política de despreciação desenvolvida pelo Governo Federal (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

De modo sucinto, esse foi o contexto que viabilizou a despreciação do trabalho na instituição de maneira que, no concurso de 2006, foram incorporados 1,3 mil servidores ao quadro funcional da FIOCRUZ visando cumprir o Termo de Ajuste de Conduta proposto pelo Ministério Público, como apontado no trabalho de Araújo (2009).

3.2.1. Apresentação da EPSJV

A EPSJV^{III}, doravante aqui também denominada de “Politécnico”, se dedica a atividades de ensino e pesquisa, entendendo-os como “princípio educativo”, e cooperação no campo da Educação profissional em saúde. Sua atuação é voltada para o segmento dos trabalhadores de nível fundamental e médio. Seus principais objetivos são: coordenar e implementar programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elaborar propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formular propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produzir e divulgar conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde.

A estrutura organizacional conta com nove laboratórios, que são: LABORAT; LABGESTÃO; LIRES; LABMAN; LATEC ; LAVSA; LABFORM ; LIC_PROVOC; e LATEPS. Junto aos laboratórios, também perfazem a estrutura organizacional da Unidade as coordenações, as assessorias, e a diretoria.

No tocante ao ensino, a EPSJV oferece cursos de formação inicial e continuada, e técnicos de nível médio nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais e Manutenção de Equipamentos. Os cursos técnicos são desenvolvidos na modalidade integrada ao ensino médio. De igual forma, a Escola investe na formação crítica de seus professores, pois de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola o professor :

apresenta-se como ator-chave dessa interlocução. Estimular e capacitar os docentes a exercerem esse papel é o desafio a ser enfrentado quando se pretende transformar o espaço escolar em produtor e não apenas em reprodutor de conhecimento. (VELLOZO; MARTINS; NASCIMENTO, 1999).

Para tanto, desenvolve mestrado e pós graduação lato-sensu em Educação Profissional em Saúde.

^{III} As informações referentes a EPSJV foram extraídas da página oficial da Escola , cujo endereço virtual é: <http://www.epsjv.fiocruz.br/>

O corpo docente da Unidade é composto por professores-pesquisadores conforme exposto no Projeto Político Pedagógico (2005), o que se constitui em um diferencial da Unidade. Outro elemento, decorrente da articulação entre ensino e pesquisa no ensino técnico, é que esta interação recupera o mundo do trabalho e o mundo da ciência, proporcionando um intercâmbio entre esses espaços como assinalado por Vellozo, Martins e Nascimento (1999).

Levando em conta essa preocupação, em 1994, foi criado no Politécnico um programa institucional para este fim chamado PAETEC, pois no período anterior os professores eram contratados numa relação de pagamento de hora-aula- RPA. O programa foi instaurado visando atender os seguintes objetivos: recuperar as relações ensino-pesquisa como objeto de decisão e não apenas como afirmação de um princípio, e inserir a prática de pesquisa nas atividades de ensino no cotidiano da EPSJV conforme apontado por Vellozo, Martins e Nascimento (1999).

A referência que marca as origens do PAETEC como um programa institucional, encontra-se no trecho a seguir:

foi a necessidade de redefinir as relações de trabalho do corpo docente da Escola. A modalidade professor horista, alternativa que possibilitou à Escola estruturar-se e construir-se, numa conjuntura político-administrativa adversa, enfrentada pelas instituições públicas federais na área de recursos humanos, não respondia às necessidades tanto do projeto institucional, como daqueles trabalhadores que se envolveram nesse desafio. Era necessário, por um lado, promovê-los tecnicamente e prepará-los para assumir a execução de projetos de pesquisa e, por outro, buscar formas institucionais de mantê-los em suas atividades pedagógicas. Nesse sentido, o Programa caracteriza-se como específico e institucional, destinado ao aperfeiçoamento dos docentes/pesquisadores e do conhecimento produzido na tarefa de ensinar, com as características inerentes ao perfil da Escola. (VELLOZO; MARTINS; NASCIMENTO, 1999).

Os projetos tinham duração de 24 meses divididos em dois módulos de 12 meses e eram avaliados a cada 12 meses por meio da comparação dos planos de trabalho e dos relatórios dos participantes. No que diz respeito às bolsas, o Programa concedia bolsas de professor-pesquisador visitante nos regimes de 20 ou 40 hs semanais.

Ressaltamos que a Escola possui outros projetos com o intuito de incentivar a pesquisa, no entanto, citamos o PAETEC-FAPERJ porque se destinou unicamente aos professores pesquisadores da Unidade.

4. MATERIAL E MÉTODOS

4.1. Considerações Metodológicas

Este estudo é de caráter qualitativo e do ponto de vista epistemológico filia-se a uma tradição dos estudos interpretativos (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008). Segundo Minayo (2010) o método qualitativo caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento, incluindo o reconhecimento da subjetividade e do simbólico como partes integrantes da realidade social. Com efeito, as pesquisas sociais contemporâneas devem levar em consideração que o global e o local, ainda que em diferentes culturas e tempos, convivem num mesmo espaço e que os seres humanos dão significado e interpretam suas ações e construções.

Pautando-nos em Goldenberg (2001), encontramos a afirmação de que “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. (GOLDENBERG, 2001, p.14). Para tanto, a perspectiva, neste estudo, é contribuir para a construção crítica da categoria “desprecarização”, sob a compreensão dos pesquisadores da EPSJV que vivenciaram essa experiência.

4.2. Procedimento de pesquisa

O campo de estudo escolhido, como já foi descrito anteriormente, foi a EPSJV. A opção por essa Unidade, foi feita levando-se em consideração os seguintes aspectos: por ser uma Unidade Técnico Científica recente, se comparada as demais unidades da FIOCRUZ, suspeitamos que esta possuía em seu quadro funcional razoável quantidade de servidores que foram bolsistas,

vinculados ao Programa PAETEC, antes de ingressarem na instituição através de concurso público. Essa informação foi obtida através da leitura do Projeto pedagógico da Escola. Destacamos o concurso realizado no ano de 2006, pois nesse ano muitos servidores foram incorporados a EPSJV já seguindo a política de despreciação implementada pelo Governo Federal. Especialmente por conta do último aspecto, entendemos a Unidade como lócus privilegiado para realização do estudo.

A opção por essa categoria de trabalhadores da Instituição foi feita para mostrar que a precarização não atinge apenas trabalhadores de menor qualificação, mas, como apontado por Nogueira, Baraldi e Rodrigues (2005), “[...] hoje, atinge dramaticamente os trabalhadores com elevada qualificação, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos”. (NOGUEIRA; BARALDI; RODRIGUES, 2005, p. 82).

O Trabalho de campo iniciou-se após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da ENSP/FIOCRUZ (CAAE 02429412.2.0000.5240). Em relação aos aspectos éticos, seguimos a resolução 196/96 da CONEP e nos comprometemos a garantir a confidencialidade das informações que foram cedidas pelos sujeitos da pesquisa, bem como a armazenar esses dados por cinco anos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), reproduzido no apêndice A, foi impresso em duas vias. Uma delas foi entregue ao servidor, e a outra ficou sob os cuidados do pesquisador responsável. Nesse documento constam os seguintes aspectos: a garantia de esclarecimentos durante o desenvolvimento da pesquisa sobre a metodologia; a liberdade do sujeito em recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado; a garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos e a confidencialidade das informações; e, por fim, no que tange a devolutiva dos dados, esta será realizada por meio da divulgação dos resultados em periódico acadêmico e enviado aos participantes do estudo. Feitos esses procedimentos necessários ao início do trabalho de campo, partimos para a fase seguinte que incluiu o levantamento e recrutamento dos servidores elegíveis para o estudo.

No entanto, antes de realizarmos esse levantamento, fizemos o pré-teste com uma servidora da EPSJV, que trabalhou no Politécnico como bolsista no período anterior a sua efetivação, para verificar se havia algo no roteiro de entrevista que necessitasse de ajuste. O roteiro não sofreu alteração. Assim, concluída essa fase de preparação para ida a campo, demos início ao levantamento e recrutamento dos servidores.

A escolha dos servidores para participar da pesquisa foi feita do seguinte modo. No primeiro momento realizamos um levantamento dos trabalhadores da EPSJV a partir da listagem disponibilizada no site oficial, que contém todo o quadro funcional da Unidade. Trabalhadores que não possuem vínculo estável também estão arrolados. Assim, para saber quais eram elegíveis, visitamos o Currículo lattes de cada trabalhador e verificamos a atuação profissional para saber quais se encaixavam no perfil da amostra, ou seja: servidores pesquisadores anteriormente em situação de precariedade, ou seja, sem vínculo estável na FIOCRUZ. Também procuramos selecionar servidores que entraram no quadro funcional da instituição a partir do ano de 2000. Assim, selecionamos vinte e sete servidores que atendiam aos critérios já mencionados. Junto a esses, posteriormente foram adicionados mais seis servidores a partir de indicações feitas por participantes do estudo, perfazendo um total de trinta e três servidores elegíveis.

O tamanho da amostra foi definido, *a priori*, em torno de dez participantes. Essa escolha baseou-se em algumas peculiaridades concernentes as pesquisas de abordagem qualitativa, que merecem ser ressaltadas de modo a intensificar a consistência metodológica. A rigor, o alto grau de representatividade não é pertinente nos estudos de abordagem qualitativa, pois a preocupação é com o aprofundamento das questões por meio das significações que os participantes trarão durante a entrevista, como assinalado por Goldenberg (2001) e Turato (2005). Como complemento ao exposto por esses autores, Alves- Mazzoti e Gewasndsznajder (2004) colocam que nesse tipo de estudo a inclusão de novos elementos está ligada a um “ponto de redundância”, ou seja, caso as

informações obtidas sejam suficientemente confirmadas e caso seja verificada a escassez de novos dados, pode-se proceder a finalização das entrevistas.

De posse da listagem dos elegíveis para a pesquisa que, primeiramente, incluiu os vinte e sete servidores selecionados por meio do levantamento feito através do site oficial do Politécnico, enviamos um e-mail para cada um desses servidores e aguardamos sua resposta. Posteriormente, acrescentamos as indicações feitas, por esses servidores, de companheiros de trabalho que também foram bolsistas PAETEC- FAPERJ. A mensagem contida nesse primeiro e-mail, que pode ser qualificado como um convite para participar do estudo, encontra-se no apêndice B. Desses servidores (33), obtivemos a resposta afirmativa de dez. Dos demais elegíveis para o estudo, três não aceitaram participar; dois foram transferidos para outras Unidades da instituição; dois não atendiam os critérios; quatorze não responderam o e-mail e quando tentamos contatar por telefone, não obtivemos êxito; um estava de licença; e um estava de férias. O passo seguinte foi enviar um segundo e-mail para os dez servidores que aceitaram participar do estudo sugerindo uma data para a entrevista. Não foram encontrados problemas relacionados à marcação das mesmas. Estas foram realizadas em local indicado pelo próprio servidor. No tocante a entrevista, utilizamos um roteiro semi- estruturado composto de oito perguntas abertas que abordam o período anterior e posterior a efetivação do servidor na Fundação. O modelo do roteiro está no apêndice C. Outro ponto, relacionado a entrevista, que merece ser ressaltado é que todas elas foram gravadas, mediante consentimento dos sujeitos, para posterior transcrição. Esse material está armazenado no arquivo do pesquisador principal.

Ainda no que concerne a condução da entrevista, a posição adotada pelo pesquisador principal buscou se adequar ao exposto por Garret (1991) e Turato (2005) no que diz respeito a observação e a escuta. Segundo este autor essas, no ato da entrevista, nos levam bem próximo a essência da questão, pois interferem no rigor e na validade dos dados. Desta forma, foi adotada uma postura que priorizou a escuta. As intervenções por parte do pesquisador foram feitas somente para clarificar as questões ou aprofundar algo exposto pelo

entrevistado, dado que o pesquisador principal não é parte da instituição, ou seja, é um pesquisador externo que buscou compreender um novo contexto.

Findo o trabalho de campo, partimos para a transcrição *Ipsis litteris* das entrevistas. No tocante a identificação das falas dos participantes deste estudo, optamos por utilizar o artifício de designação das entrevistas por números. Deste modo, o primeiro servidor entrevistado foi denominado servidor 1, o segundo de servidor 2, e assim sucessivamente (até completar o número total de participantes do estudo) para garantir sua privacidade.

4.3. Análise do material

O tratamento dos dados foi feito utilizando-se a análise do discurso de acordo com o enfoque proposto por Gill (2008). A autora pondera que existem pelo menos 57 variedades de análise, isto faz com que a escolha do tipo de análise esteja associada a tradições teóricas mais amplas. Assim, optamos por uma tradição argumentativa, de interpretação das falas e das ideias. A semelhança dos etnógrafos, compreendemos que “tem de se mergulhar no material estudado”. (GILL, 2008, p.253). Tratou-se então de ler e reler as transcrições das entrevistas até que nos familiarizássemos com elas chegando as categorias de análise. Dessa forma, de acordo com Minayo (2010), buscou-se a reflexão crítica por intermédio de um processo de problematização e significação do texto analisado. De acordo com Gill (2008), a imersão no material nos leva a codificação, que é determinada pelas questões de interesse do estudo, e que tem relação com seus objetivos. Assim, a partir das idéias recorrentes no discurso dos participantes, identificamos os núcleos de sentido, aqui denominados de eixos de análise. Feito esse procedimento, agrupamos as falas em cada um desses eixos para dar início a interpretação das idéias contidas nos discursos dos participantes. Deste modo, estruturamos a apresentação dos nossos resultados e discussões nos seguintes eixos de análise:

Eixo I) Precarização das relações

Eixo II) Transição da Instituição

Eixo III) Nuances do trabalho do professor pesquisador

Eixo IV) Desprecarização do trabalho

4.4. Resultados e discussão

Eixo I) Precarização das Relações

E as relações? Você desprecariza como?

“Quando a gente retorna, o cenário era muito diferente do que eu tinha anteriormente porque tudo tinha mudado em um ano e meio. As relações de trabalho tinham mudado, a conformação do laboratório tinha mudado e tinha se instaurado um clima de disputa absurdo dentro do laboratório. Cada um querendo pegar o seu pedaço. [...] Quando eu era bolsista, por mais que fossem frágeis os vínculos, dentro do laboratório a gente tinha uma certa solidariedade ou um certo espírito de equipe ou de possibilidades de exercer o nosso trabalho. [...] Eu era uma ‘nova-velha’. [...] Hoje o nosso laboratório é um laboratório que, talvez, uma das Unidades da FIOCRUZ que mais tiveram pessoas que pediram pra sair. Hoje, das dez pessoas que entraram, nove saíram. [...] Você desprecarizou. E as relações? Você desprecariza como?”. (Servidor 1)

“O ambiente institucional do Politécnico na época em que eu era instável ele não me constrangia. Eu me sentia, inclusive, melhor com meus colegas do que eu me sinto hoje. Eu acho que, hoje, eu tenho um ambiente de vínculos, amizades e afinidades menos intenso do que eu tinha na época em que eu era instável”. (Servidor 4)

“[...] Mas você tem um outro tipo de precarização. Você tem os direitos garantidos, mas a relação de trabalho é precária [...] Na verdade ela [a política de desprecarização] só dá conta do nível mais primário da precarização, mais primitivo, mais inicial”. (Servidor 10)

Durante as entrevistas sobressaiu a ideia de fragilidade dos vínculos e das relações de trabalho como uma forma de precarização laboral. Observe que, segundo os participantes, alcançar a estabilidade e os direitos no trabalho foi importante, contudo queixam-se da ausência de laços de solidariedade e cooperação no cotidiano de trabalho. Segundo Déjours (2008) a cooperação se constitui na vontade das pessoas de trabalharem juntas e de superarem coletivamente as contradições que surgem da própria natureza do trabalho. No

entanto, prossegue, a cooperação não é determinada *a priori* uma vez que a cooperação concreta não pode ser prescrita. Déjours (2008) sinaliza que é imprescindível que existam relações de confiança mútua entre os trabalhadores para que a cooperação se concretize pontuando que há uma seqüência de procedimentos que a viabiliza, que são: o modo como os colegas lidam com as regras do trabalho; a visibilidade da prática do trabalho; e a confiança. A não observância dessas características impede a efetivação da cooperação. Consideremos ainda que de acordo com Dejours (2008) na ausência de entendimentos e de vínculos de cooperação (“desavenças” e “individualismos”) deve-se recorrer a promoção de “espaços de discussão”, criando a possibilidade de debates coletivos que favoreçam o diálogo e as trocas (subjetivas) a respeito de valores. Para o autor, não observar a dimensão subjetiva do trabalho pode levar a consequências nefastas para a saúde mental e somática dos trabalhadores.

No estudo de Silveira e Palassi (2011), as autoras constataram a primazia e a valorização que as relações de amizade têm nas instituições públicas e que precisam ser melhores compreendidas. Existem, portanto, aspectos ativos na cultura do serviço público e nas relações de trabalho que necessitam de aprofundamento, principalmente no que diz respeito a saúde. Há na interpretação dos trabalhadores um sentido de precarização que ultrapassa o significado preconizado pela política de desprecarização, existe no discurso dos participantes um sentido subjetivo maior em relação ao trabalho como centro de criação coletiva e de realização humana.

Consideremos ainda que, de acordo com Schwartz e Durrive (2007), cada local de trabalho é único. Porquanto, os variados espaços de trabalho são atravessados por culturas políticas e relações interpessoais diversas. Para a perspectiva ergológica é imprescindível ir ver de perto o que acontece em cada local de trabalho. No caso do Politécnico, os trabalhadores entrevistados, tendo por base os problemas de relações interpessoais enfrentados no trabalho, ampliaram a aceção de precarização que poderíamos significá-la como o enfraquecimento dos coletivos de trabalho.

“Eu não vejo a desprecáriação apenas vinculada a forma de contratação, mas em relação a processos de trabalho”.

“O vínculo eu acho que é importante, não se pode perder de horizonte porque eu acho que o trabalhador, o servidor público ele precisa ser valorizado enquanto um agente do Estado, com atribuições e uma responsabilidade grande de fazer a mediação entre o Estado e a sociedade. Eu não vejo a desprecáriação apenas vinculado a forma de contratação, **mas em relação a processos de trabalho**. Eu acho que, as vezes, eles são colocados de forma que a gente pode ta qualificando como precárias”. (Servidor 7).

Encontramos ainda, nas entrevistas, o sentido de acordo com o qual a desprecáriação deveria alcançar, como política, os processos de trabalho no âmbito local. Para Mony e Druck (2007) o conceito de precáriação é entendido como processo social cujos resultados decorrem das novas formas de organização do trabalho. De fato, como menciona Bosi (2007), embora os estudos sobre precáriação da atividade docente sejam numerosos, de um modo geral limitam-se a dimensão da flexibilização das relações contratuais de trabalho discutindo de maneira superficial as transformações experimentadas no cotidiano do trabalho.

Dejours e Abdoucheli (2007) trazem contribuições acerca da influência da organização do trabalho no âmbito local nas quais a atividade laboral se realiza. Segundo os autores, o desafio imposto a organização do trabalho situa-se no hiato existente entre organização prescrita e a organização real do trabalho, pois a primeira pode ser apreendida como o modo operatório, ou seja, a divisão de tarefas, repartição das responsabilidades, hierarquia, comando etc. Ao passo que a segunda se constitui num produto das relações sociais partindo da premissa de que seus ajustes decorrem de conflitos técnicos, sociais e psicoafetivos. Portanto, a organização real do trabalho traz situações que, conforme colocado pelo participante, podemos “[...] ta qualificando como precárias” fazendo com que a acepção que restringe desprecáriação apenas a estabilidade no vínculo não seja suficiente para promover mudanças no modo como os processos de trabalho são conduzidos.

Eixo II) Transição da instituição

“[...] Eu acho que tem uma outra questão. É que a instituição nos últimos dez anos, mas muito agudamente nos últimos cinco ou seis, está passando por um processo de transição”.

“A FIOCRUZ é uma instituição que está em processo de transformação. Cresceu demais nos últimos vinte anos e tem perspectivas de um crescimento maior. Tudo isso faz com que se viva uma contradição”. (Servidor 2)

“[...] Eu acho que tem uma outra questão. É que a instituição nos últimos dez anos, mas muito agudamente nos últimos cinco ou seis, está passando por um processo de transição. A FIOCRUZ ta virando uma outra coisa e esse processo do virar eu acho que é dramático mesmo para quem concorda com ele. Eu, por ex, não sei se concordo completamente com o que a FIOCRUZ ta virando. Essa coisa do complexo da saúde, essa economização da nossa inserção dentro da Reforma Sanitária, essa cara muito fábrica. Por mais que a instituição ainda tenha uma coisa de ficar incessando esse passado recente, eu acho que essa não é mais a chave de leitura para a FIOCRUZ. Esse culto ao personagem Arouca. Eu acho que ele, hoje, é isso. Ele é um culto e uma tentativa de dizer o seguinte ‘nós ainda somos isso’”. (Servidor 5)

“[...] Houve também aquilo que eu considero uma quebra da FIOCRUZ com os compromissos da Reforma Sanitária. [...] Eu não acho que a atual gestão faz uma continuidade com o movimento sanitaria. [...] a relação entre capital e trabalho ela vem sendo naturalizada.” (Servidor 8)

As falas dos professores- pesquisadores referem-se a atual polêmica existente no âmbito do setor saúde no Brasil que tem por base os conceitos de inovação tecnológica em saúde e de complexo médico- industrial (CMI) ou complexo médico- financeiro (CMF). Sem entrar no mérito do debate que o problema exige, a questão principal no âmbito da controvérsia acadêmica e política resumem-se no antagonismo entre interesses econômicos e valores sociais (Mendonça; Camargo Junior, 2012).

Gadelha (2009) ao evocar o papel estratégico da FIOCRUZ no contexto da política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde chama atenção para a questão referente a assimetria na geração do conhecimento em saúde e sua vocação para soluções de problemas de saúde baseados em inovação. Segundo o autor há uma lacuna entre o conhecimento gerado e seu aproveitamento para as necessidades da população, embora reconheça que o país possua pesquisadores qualificados e uma infra-estrutura de C&T em saúde

consolidada. Esse hiato, de acordo com Gadelha (2009), decorre de uma estrutura de Estado fragilizada pela visão predominante no período neoliberal. Portanto, observa, para compatibilizar conhecimento e demandas sociais é necessário romper as amarras de uma estrutura atrasada. Nesse sentido, a FIOCRUZ assume a missão de “[...] aliar a ciência brasileira em saúde com as necessidades dos cidadãos brasileiros e com a constituição de uma base endógena de inovação”. Partindo desse compromisso, conclui, a instituição assume um padrão de inovação cuja meta é contribuir para os objetivos da Reforma sanitária no Brasil. Simultaneamente, continua, o contexto atual propicia um novo padrão de desenvolvimento que alia competitividade, inovação, equidade e garantia de acesso universal da população aos bens, serviços e conhecimentos estratégicos em saúde.

No entanto, essa tendência da atual política institucional e que foi interpretada por um dos entrevistados como “essa cara muito fábrica”, apresenta, segundo os professores-pesquisadores, algumas incoerências. É nesse sentido que encontramos em Santos e Passos (2010) elementos que corroboram o exposto pelos participantes do estudo no que tange a uma possível contradição. As autoras colocam que a inserção das instituições de saúde na lógica de complexo industrial traz implicações para os sistemas nacionais de saúde dado que o mesmo pode ser entendido como a forma particular de estruturação capitalista e expansão mercantil da atenção à saúde. Deste modo, analisam, a adesão a essa lógica requer cuidados, uma vez que pode restringir as opções políticas dos países para seus sistemas de saúde. Essa última afirmação dialoga com o exposto pelos participantes que interpretam o atual período da instituição como sendo um processo de “transformação”, “transição, e de “descontinuidade” em relação aos idéias do movimento sanitaria. Para os entrevistados, o compromisso da Reforma Sanitária destoa da posição defendida pelo complexo industrial da saúde, apreendida como complexo econômico. Neste mesmo sentido, Oliveira e Galvão (2007) ressaltam que a meta das instituições públicas é buscar o aperfeiçoamento das práticas de gestão para atender as demandas da

sociedade e o cumprimento das políticas públicas. Note que aqui reafirma-se a contradição sinalizada pelos entrevistados, pois a prioridade das instituições públicas não condiz com o expresso por Gadelha (2003) quando o autor afirma que não há como pensar em políticas públicas sem que se reconheça a natureza capitalista da área da saúde, pois somente assim, pontua, será possível buscar meios eficazes para que as finalidades sociais sejam atingidas nos marcos desse sistema. Retomando a fala de um dos entrevistados, o que se observa é que “a relação entre capital e trabalho ela vem sendo naturalizada.” distanciando-se, portanto, dos compromissos preconizados pelo movimento de reforma sanitária. Em consonância com essas reflexões, Santos e Passos (2010) entendem que esse padrão de “inovações” substitui o cuidado e assistência a saúde por um padrão corporativo de prestação de serviços de saúde baseado em empresas fazendo com que, de fato, o processo de transição das instituições de saúde seja permeado por contradições. Por conseguinte, participamos, neste estudo, da interrogação feita por Mendonça e Camargo Junior (2012) : “como levar em conta a lógica econômica em um setor que deveria se pautar pelo atendimento das necessidades das pessoas por intermédio de uma prestação de serviços de qualidade, de modo integralizado e universalizado?” (MENDONÇA; CAMARGO JUNIOR, 2012, p.221). Decerto, constata-se que as políticas institucionais de despreciação acontecem num momento em que emergem um conjunto de outras políticas que sob o ângulo de compreensão dos professores- pesquisadores deveriam valorizar a dimensão social e humana do trabalho em saúde.

Eixo III) Nuances do trabalho do professor- pesquisador

“[...] a gente trabalha muito. A gente tem muita atividade de sala de aula, tem muito trabalho de organização dos cursos [...]”.

“[...] a gente tinha que desenvolver uma pesquisa a cada dois anos. Além disso, a gente tinha todas as outras atribuições de professor. [...] Eu desempenhei minhas funções tanto na pesquisa, aqui dentro do Politécnico, quanto de docente e coordenação de curso. [...] A forma de distribuição do trabalho aqui é dum taylorismo, fordismo absurdo”. (Servidor 1)

“[...] Aqui é uma Unidade que a gente trabalha muito. A gente tem muita atividade de sala de aula, tem muito trabalho de organização dos cursos. E a gente sempre teve como objetivo fazer com que as condições de trabalho pudessem contar com trabalhos produzidos pelo próprio corpo docente, o que acaba fazendo com que a gente tenha um vínculo com a pesquisa muito grande”. (Servidor 2)

A intensificação do trabalho docente transpareceu nos discursos dos trabalhadores conforme expresso na seguinte fala “aqui é uma Unidade que a gente trabalha muito”. Ludke (2001) em sua proposta de análise entre saber e pesquisa docente elucida um aspecto relevante para a reflexão no que tange as características dessa categoria profissional. De acordo com a autora, os professores partilham um “mundo comum vivido” no qual reside um reservatório do saber comum, que propicia a identificação e, portanto, a integração de cada indivíduo ao grupo. No tocante a pesquisa, prossegue, existe uma variedade de concepções sendo a maior parte voltada para questões muito práticas, rotineiras até, como a confecção de materiais didáticos. Interessante notar que a pesquisa desenvolvida pelos professores, que participaram do estudo, vincula-se a produção de materiais didáticos, como sinalizado pela autora. Assim, destacamos a seguinte fala: “E a gente sempre teve como objetivo fazer com que as condições de trabalho pudessem contar com trabalhos produzidos pelo próprio corpo docente [...] fazendo com que a gente tenha um vínculo com a pesquisa muito grande” Todavia, ressalta Ludke (2001), as pesquisas não se restringem as “questões rotineiras”, pois também há professores desenvolvendo pesquisa acadêmica nas escolas o que termina por proporcionar um intercâmbio entre o mundo do trabalho e o mundo da ciência.

Em conformidade com o quadro acima referido, a literatura acerca da intensificação do trabalho docente desvela outro elemento que contribui para que a intensificação se efetive. É nesse contexto que citamos Oliveira (2004), pois a autora ao discutir as atuais condições de trabalho dos docentes de escolas públicas brasileiras coloca que, na atualidade e como consequência das reformas educacionais mais recentes, esses profissionais tem assumido funções que estão além de sua formação, o que também tem sido denominado de “desprofissionalização” docente. Como complemento a essa afirmação, a

autora chama atenção para um aspecto importante no que tange a intensificação do trabalho docente circunscrito ao fato de que esse trabalho não é definido apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que concerne a dedicação dos professores ao planejamento, a elaboração de projetos, a discussão coletiva do currículo e da avaliação. Ainda no tocante a redefinição do trabalho docente, interpretação similar é compartilhada por Assunção e Oliveira (2009) que acrescentam que a intensificação além de comprometer a saúde desses profissionais, pode por em risco a qualidade da educação e os fins últimos da escola. Todavia, o interessante é que essas novas atribuições, apresentadas como novidade ou inovação, muitas vezes são tomadas como algo natural pelos docentes. Essa constatação da autora é similar ao contexto observado na EPSJV no que tange as múltiplas funções assumidas por esses profissionais, como podemos conferir na seguinte fala “Eu desempenhei minhas funções tanto na pesquisa, aqui dentro do Politécnico, quanto de docente e coordenação de curso”.

Desse modo, inferimos que a multiplicidade de atividades assumida pelos docentes contribui para a intensificação do trabalho (LEMOS, 2011; GARCIA; ANADON, 2009; MAUES, 2010; BOSI, 2007), o que acaba por se constituir num dos desafios colocados para essa categoria de trabalhadores como sinalizado por Lelis (2012)

Verifica-se, então, que a intensificação das demandas laborais referentes tanto ao trabalho docente quanto o de pesquisa são também implicações de mudanças ocorridas nas formas de gestão e das novas exigências da organização do trabalho do professor- pesquisador na EPSJV, que por sua vez é consequência das políticas públicas educacionais mais amplas, de cunho neoliberal e de caráter produtivista (OLIVEIRA, 2004). Destarte, em relação a este eixo de análise, sobressai a naturalização da precarização do trabalho sendo necessário ao processo de despreciação do trabalho o debate e distanciamento crítico para a intervenção e mudança no processo de trabalho coletivo.

“[...] o trabalho de pesquisa ele já embute uma certa instabilidade”.

“[...] o trabalho de pesquisa ele já embute uma certa instabilidade. Isso faz com que muita gente que trabalha em pesquisa passe por ciclos de instabilidade porque aí é aquele desafio que, em algum momento, você próprio se coloca de mudar o seu tema de pesquisa, buscar novos referenciais. [...] É o desafio de aprender uma coisa nova”. (Servidor 5)

Na fala da entrevistada sobressai a ideia de instabilidade decorrente do desafio imposto pelo processo de trabalho da pesquisa. O trecho destacado também aponta para a outra concepção de pesquisa observada por Ludke (2001) e que a autora denominou de pesquisa acadêmica nas escolas. Nessa direção, Freitas (2007) ao discorrer sobre os ossos do ofício em pesquisa utiliza a seguinte expressão “pensar dói”. A autora ressalta que o trabalho intelectual tem como uma de suas características os contínuos recomeços (FREITAS, 2011) partilhando da ideia exposta pela entrevistada quando a mesma coloca que “é aquele desafio que você próprio se coloca de mudar seu tema de pesquisa, buscar novos referenciais”. Concomitante a isso, a autora destaca que, na vida real, esse movimento é uma construção muitas vezes contraditória e parcial, que envolve riscos, fracassos e sucessos. Essa afirmação coincide com o evidenciado pela participante, pois, de igual modo, aponta para a instabilidade, insegurança diante do novo decorrente do “[...] desafio de aprender uma coisa nova”.

“Quando você não faz parte do grupo, é colocada de lado, então isso me causou sofrimento”.

“[...] o que me angustia são as paixões da vida. Elas sim que me adoecem. O trabalho é um acessório. [...] Quando você não faz parte do grupo, você é colocada de lado, então isso me causou sofrimento durante um tempo. Me causou sofrimento e eu fazia análise. Hoje eu posso dizer que o sofrimento ele é superado. [...] E eu vou te falar outra coisa, se hoje eu não estivesse com o meu grande projeto, que é o doutorado, [...] eu estaria dentro do pior trabalho possível. Do pior trabalho possível”. (Servidor 1)

“[...] Eu acho que o trabalho nas instituições públicas é um trabalho muito tenso porque a questão da exacerbação das relações pessoais, as coisas que não são ditas, que não são escritas, mas que na verdade são sentidas ela é muito intensa no serviço público. [...] eu acho que isso traz muita tensão, muita frustração”. (Servidor 5)

Ao serem questionados sobre os possíveis rebatimentos na saúde oriundos de situações relacionadas ao ambiente de trabalho, ou ao vínculo, as falas dos professores- pesquisadores pareceram contraditórias, pois ao mesmo tempo em que não atribuíram problemas de saúde a situações circunscritas ao ambiente de trabalho, conforme lemos no trecho que diz “[...] o que me angustia são as paixões da vida. Elas sim que me adoecem. O trabalho é um acessório”, ao indagarmos sobre observações em relação a sofrimento no trabalho, as falas desvelaram que o ambiente laboral teve impacto na vida para além do trabalho conforme podemos ler na seguinte transcrição “[...] me causou sofrimento e eu fazia análise”.

Entendendo o conceito de saúde de acordo com a acepção de “normatividade vital” de Canguilhem (2012), a vida é concebida como uma dinâmica, permanente, de criação de novas normas. Qualquer interpretação de sintomas patológicos deve levar em consideração o seu aspecto positivo e negativo, pois, segundo essa perspectiva a doença é ao mesmo tempo, privação e reformulação. De acordo com Canguilhem (2012) a vida não se traduz como um estado inerte de submissão ao meio, ela institui novas normas no meio, mas também no próprio organismo, se necessário por meio da criação de novos valores. Para Canguilhem: “não existe absolutamente vida sem normas de vida” (CANGUILHEM, 2012, p.165).

Nesse sentido, encontramos em Dejours (1980) algumas contribuições que dialogam com esse aspecto. Uma delas consiste na ideia segundo a qual as formas de organização do trabalho podem interferir na vida do trabalhador impedindo-o de manter seu funcionamento mental pleno fazendo com que o mesmo somatize esse processo de repressão. Dessa constatação depreendemos que, de fato, o contexto no qual o trabalho se realiza tem impactos sobre o sujeito. É assim que retomamos uma das falas que corrobora essa afirmação “[...] as coisas que não são ditas, que não são escritas, mas que na verdade são sentidas ela é muito intensa no serviço público. [...] eu acho que isso traz muita tensão”. Com isto, observamos que, embora os participantes tenham negado problemas de saúde vinculados a situações vivenciadas no

trabalho, uma interpretação mais acurada de suas falas desvela o oposto. Para Dejours (2004) os trabalhadores constroem sistemas defensivos individuais e coletivos de modo a se defenderem dos efeitos patogênicos do trabalho. Segundo Dejours (2004) ao produzirem prazer os sujeitos conseguem se manter no campo da normalidade. Essa normalidade, considerada um enigma por Dejours, ocorre numa tentativa de equilíbrio instável e precário em relação aos efeitos nocivos do trabalho. Com efeito, na linha de compreensão da psicodinâmica, as relações intersubjetivas no trabalho são o foco fundamental de análise e intervenção (DEJOURS, 2004). Portanto, nesse eixo de análise seria necessário o aprofundamento do tema “sofrimento no trabalho”, porquanto esse não tenha sido nosso objeto de interesse inicial, a emergência desse assunto possibilitou-nos entender que as relações interpessoais existentes no âmbito laboral ocupam, também, posição de destaque em relação ao sentido de (des) precarização no trabalho.

“Eu tenho satisfação no meu trabalho”.

“[...] Eu tenho satisfação no trabalho porque eu tenho satisfação de pensar o meu trabalho. [...] isso se reflete nos alunos”. (Servidor 3)

“[...] O trabalho é muito importante pra mim e me faz feliz. [...] Eu tive o privilégio de poder escolher. Eu não estou na saúde pública por acaso. Eu estou na saúde pública por uma escolha. Eu considero isso um privilégio no contexto social brasileiro”. (Servidor 4)

Embora os relatos apontem para a intensificação do trabalho docente, a instabilidade inerente ao ofício da pesquisa, e o sofrimento decorrente de algumas situações desfavoráveis no ambiente de trabalho, as falas aqui destacadas demonstram que esses traços não comprometem a satisfação e o prazer que os entrevistados encontram em seu trabalho. Isto pode ser verificado na fala que realça uma característica própria do trabalho do professor-pesquisador. Assim coloca a servidora “eu tenho satisfação de pensar o meu trabalho”. Nesta colocação sobressai a ideia que aponta para a satisfação no trabalho partindo do pressuposto de que por se constituir em um processo

reflexivo (CANOAS; SWAIN, 2007), a entrevistada encontra sentido na realização do seu trabalho.

Durand, Saury e Veyrunes (2005) constataram, a partir de levantamento sobre a percepção dos docentes, da universidade de Oriente (Venezuela), a respeito de seu trabalho, que os aspectos de satisfação estavam relacionados com algumas características próprias do labor docente, entre elas: a autonomia no trabalho, a liberdade para expressar as idéias, a oportunidade de contribuir com o conhecimento e o prestígio de ser um acadêmico.

Na reconstrução da questão concernente a satisfação no trabalho, Marqueze e Moreno (2005) ao realizarem uma revisão sobre esse tema concluem que o processo de satisfação no trabalho resulta da complexa e dinâmica interação das condições gerais de vida, das relações de trabalho, do processo de trabalho e do controle que os próprios trabalhadores possuem sobre suas condições de vida e trabalho. Compartilham dessa perspectiva Machado e outros (2011). Os autores colocam que a satisfação no trabalho é constituída por um conjunto complexo de variáveis que interagem numa miríade de formas. No entanto, o segundo grupo, em sua análise sobre satisfação e motivação do trabalho docente no ensino superior português, pontua, dentre outras questões, que os estudos revelam que a satisfação no trabalho está diretamente associada a motivação e satisfação com a vida. Nesse sentido, destacamos um dos trechos das entrevistas que fazem com a satisfação do trabalho esteja associada a motivação. Assim se expressa a entrevistada “ Eu tive o privilégio de poder escolher. Eu não estou na saúde pública por acaso”. A partir dessa fala notamos que ter escolhido sua área de atuação proporciona a participante satisfação em seu trabalho.

Eixo IV) Desprecarização do trabalho

“[...] porque a FIOCRUZ ela cresceu, essa Unidade aqui é um exemplo disso, ela cresceu em cima de precarização”.

“O laboratório se tornou hoje essa mega estrutura que tem trinta e três pessoas. Dessas, deve ter hoje uns oito servidores só. Olha a despreciação que houve, nenhuma”. (Servidor 1)

“[...] dois terços dos profissionais da escola eram precarizados. [...] É muito difícil depois que precarizou tanto fazer mudanças tão radicais nos processos porque você acaba mexendo na cultura da instituição. Você corre o risco de perder trabalhos que estavam sendo construídos”. (Servidor 2)

“No Politécnico[...] naquele período em que eu entrei, o número de trabalhadores que não tinha vínculo efetivo era muito grande”. (Servidor 5)

“ Tem gente aqui que tem mais de dez, vinte anos nessa escola como bolsista. [...]Tem determinados laboratórios que eles tem receio de pedir um número maior de vagas porque ainda tem muitos bolsistas e isso desorganiza a equipe”. (Servidor 6)

A fala dos entrevistados evidencia uma importante questão para o processo de despreciação do trabalho no serviço público. Visando a validação dessa afirmação, destacamos a fala que a legitima. Assim coloca o servidor “Tem gente aqui que tem mais de dez, vinte anos nessa escola como bolsista. [...] eles tem receio de pedir um número maior de vagas porque ainda tem muitos bolsistas e isso [ingresso de novos trabalhadores via concurso] desorganiza a equipe”. Em documento oficial (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005), o governo federal apreende o conceito de precariedade como relacionado a alguma irregularidade, ou seja, a precariedade diz respeito a situação de desobediência as normas vigentes do direito administrativo e do direito do trabalho. Junto a isso, na administração pública a admissão de trabalhadores sem concurso se constitui numa forma irregular de ingresso, o que significa dizer que o vínculo desses trabalhadores, com o Estado, não tem base legal. No entanto, observe que para a concessão de bolsas há respaldo legal desde que sejam cumpridos os requisitos e condições impostas pelas agências de fomento a pesquisa. No caso deste estudo citamos o convênio firmado entre EPSJV e FAPERJ denominado PAETEC. Ainda assim, o documento produzido pelo Ministério da saúde (2005) enfatiza que, atualmente, um grande contingente de profissionais do setor público de saúde está envolvido nas mais diversas modalidades contratuais, dentre elas o documento menciona os sistemas de bolsas de trabalho. Desta forma, quando as bolsas se constituem em instrumentos para a manutenção da força de trabalho, elas se inserem no que

se denomina “trabalho precário”. O documento ainda acentua que a fragilidade dessas modalidades de contratação acaba por comprometer a dedicação desses profissionais devido a instabilidade do vínculo.

Nesse contexto, Costa e Tambellini (2009) destacam a “visibilidade dos escondidos”. Embora o contexto de estudo dos autores seja diferente, ele refere-se a situação de outra categoria profissional, porém também inserida numa Unidade pública federal de saúde via cooperativas de trabalho, alguns aspectos observados por eles se assemelham ao que reparamos na EPSJV no que concerne as implicações que permeiam o processo de despreciação do trabalho “[...] depois que se precarizou tanto”. Os autores reafirmam que a precarização do trabalho no serviço público está intrinsecamente ligada a lógica mercantil. De fato, o ingresso de trabalhadores nesse setor, em face de um contexto que restringia a inserção de trabalhadores via concurso, efetivou-se através de formas precárias de contratação. Ato contínuo, prosseguem, a manutenção de trabalhadores com esse tipo de vínculo acaba por comprometer a qualidade dos serviços prestados dado que a relação laboral se constitui numa relação instável. Do mesmo modo, a inserção de novos trabalhadores, com o risco de substituição dos antigos, tende a uma descontinuidade de trabalhos em curso reafirmando a fala de um dos servidores que colocou que “você corre o risco de perder trabalhos que estavam sendo construídos”.

Diante do quadro exposto pelos trabalhadores, concluímos que o Governo Federal ao criar o Programa Nacional de Despreciação do Trabalho no SUS encontra-se diante de um dilema criado por ele próprio, pois o mesmo Órgão que propõe a regularização dos vínculos no serviço público substituindo trabalhadores não efetivos por trabalhadores aprovados em concurso, permitiu a propagação do trabalho precário nessas instituições complexificando a discussão sobre a despreciação do trabalho conforme lemos no seguinte trecho “[...] É muito difícil depois que precarizou tanto fazer mudanças tão radicais nos processos porque você acaba mexendo na cultura da instituição”.

“[...] Dentro daquilo que as pessoas chamavam de precário, [...] era um trabalho infinitamente mais satisfatório pra mim do que é hoje”.

“[...] Eu não entendia que o meu trabalho era precário. [...] porque eu fazia coisas que eu gostava. Eu coordenava cursos, eu tinha um monte de projetos, eu tinha um monte de propostas, eu fazia o que eu queria e eu estava absolutamente tendo um trabalho que era uma fonte de grande prazer. Isso eu fui sentir [que o trabalho era precário] quando eu saí do Politécnico. [...] Aí eu entendi que eu não tinha direitos trabalhistas. [...] Dentro daquilo que as pessoas chamavam de precário, como o vínculo, era um trabalho infinitamente mais satisfatório pra mim do que é hoje. Eu adorava fazer o que eu fazia”. (Servidor 1)

“Eu considerava o meu trabalho mais precarizado na Estácio do que aqui porque apesar de ser bolsista daqui, o salário não ser essas coisas, eu sentia um envolvimento com a escola”. (Servidor 3)

“[...] Eu não sentia nenhuma diferença em termos de participação, acesso a informações, no politécnico, por ser uma trabalhadora de vínculo precário. [...] Eu acho que na FIOCRUZ mesmo quem tem o vínculo de trabalho precário não pode dizer que tenha condições precárias de trabalho. Eu acho que a FIOCRUZ é uma instituição [...] que dá condições de trabalho bastante satisfatórias em termos de segurança no trabalho, acomodações físicas, tecnologias, bibliotecas”. (Servidor 5)

As falas dos entrevistados evidenciam uma particularidade que chamou-nos atenção, pois se encontra na contramão do que, comumente, encontramos na literatura acerca do modo como os trabalhadores vivenciam a precarização do trabalho. Os servidores da EPSJV não analisaram o período em que não tinham vínculo estável de modo negativo. Conforme podemos observar, no que tange as condições de trabalho, uma das falas ressalta que “[...] em termos de participação, acesso a informações [...] não eram feitas diferenciações por causa do vínculo”. A servidora prossegue sinalizando que “[...] Eu acho que a FIOCRUZ é uma instituição [...] que dá condições de trabalho bastante satisfatórias em termos de segurança no trabalho, acomodações físicas, tecnologias, bibliotecas”. Do ponto de vista do processo de trabalho e da satisfação no trabalho a fala a seguir surpreende. Assim se expressa a servidora “[...] Dentro daquilo que as pessoas chamavam de precário, como o vínculo, era um trabalho infinitamente mais satisfatório pra mim do que é hoje. Eu adorava fazer o que eu fazia”. Essa fala parece sugerir, exatamente, o que se verificou nas categorias de análises anteriores, ou seja, a precarização do trabalho, no

sentido atribuído pelos entrevistados, significa, em primeiro plano, a deterioração das relações de trabalho que gera insatisfação e sofrimento. Ao passo que desprecarizar pode significar, conforme afirmação dos entrevistados, propiciar as condições favoráveis ao engajamento no coletivo de trabalho. Por outro lado, ao afirmar que “Eu acho que na FIOCRUZ mesmo quem tem o vínculo de trabalho precário não pode dizer que tenha condições precárias de trabalho”, a entrevistada confirma que o sentido de desprecarização do trabalho tem o significado de ser possível vivenciar condições satisfatórias de trabalho. É fato, confirmado pelos entrevistados, que as condições de trabalho na EPSJV são satisfatórias e que a insatisfação diz respeito a outros fatores. Então, o sentido de precarização do trabalho estaria relacionado, na visão dos trabalhadores, a se viver, cotidianamente, as relações precarizadas no trabalho.

Decerto, essa é uma questão interessante de analisarmos, visto que não encontramos estudos que apresentem resultado semelhante. Todavia, de acordo com a psicodinâmica, o sofrimento no trabalho é resultante do confronto dos homens com a organização do trabalho (DEJOURS, 2004). É certo que os trabalhadores entrevistados queixaram-se de aspectos referentes à atual organização do trabalho na EPSJV, que precisam ser ajustados e debatidos no âmbito do coletivo tendo por base preceitos éticos e institucionais. Adotando o ângulo de compreensão da saúde afirmamos com Canguilhem (2012) que ela, a categoria saúde, está relacionada com a busca de um sentimento de segurança na vida. Desse modo, criam-se constantemente novos valores e instauram-se novas normas de vida.

Observou-se que alguns entrevistados não valorizaram, em dimensão esperada, o vínculo estável, conforme preconizado pela política nacional de desprecarização. Então, a partir do último bloco de falas nos interrogamos se a afirmação dos entrevistados seria a mesma, antes de serem efetivados como funcionários. Sugerimos, como adequado, a continuidade da pesquisa realizando novos estudos com segmentos de trabalhadores ainda em situação de precarização de vínculo de trabalho.

5. REFLEXÕES FINAIS

A implementação de uma política cuja finalidade é desprecarizar o trabalho no serviço público de fato representa uma iniciativa crucial para que o princípio fundamental inerente ao funcionalismo público se efetive, que é a estabilidade no emprego obtida pela aprovação em concurso. O atendimento desse requisito inegavelmente faz com que as instituições públicas se constituam em instituições orgânicas que terão em seus quadros servidores em condições de cumprir plenamente o papel de mediadores entre Estado e sociedade.

Todavia, os resultados do estudo desvelaram que a efetivação dessa política sob a perspectiva do trabalho não é tão simples como a princípio pode parecer, e envolve outras questões. As falas dos servidores que participaram do estudo sinalizam que, embora o primeiro passo para a eliminação do trabalho precário no serviço público já tenha sido dado, o conceito de desprecarização do trabalho ainda apresenta limites, visto que ele tem sido associado a legalização do vínculo de trabalho para que este se adapte aos aspectos jurídico-administrativos sem considerar as particularidades da dinâmica do trabalho realizado nas instituições nas quais essa política tem sido implementada.

No rastro dessa discussão, as contribuições trazidas pelos participantes do estudo nos fazem refletir acerca de alguns temas que apontam para a necessidade de ampliação desse conceito. Primeiramente, os resultados mostraram que desprecarizar o trabalho, por meio da estabilidade do vínculo, não necessariamente implica em satisfação no trabalho, então, que dispositivos podem ser utilizados para que se concretize no cotidiano os efeitos positivos desse processo de modo que o sentido do trabalho seja resgatado? Em contrapartida, como explicar um grau de satisfação maior sob condições de trabalho similares, exceto pela modalidade de contratação, isto é, durante o período em que o vínculo se constituía num vínculo precário? As indagações não se restringem a esse tema, mas se estendem a outras esferas. Assim, como

compatibilizar o novo perfil que vem sendo assumido pela Fiocruz com os compromissos do movimento da reforma sanitária num cenário marcado por contradições? Seria isso possível? Trazendo para o contexto da EPSJV essa transição não contribui para que a intensificação do trabalho docente se torne uma constante e acarrete o esfacelamento cada vez mais intenso das relações pessoais fazendo com que a precarização das relações seja um reflexo de todo esse ciclo de mudanças indo ao encontro da pergunta feita por um dos participantes, que questiona: Sob o ponto de vista do vínculo você desprecariizou o trabalho, e as relações, você desprecariza como?

Diante dessas indagações não é difícil constatar que ainda temos um longo caminho a percorrer para que, de fato, a desprecarização do trabalho sob a ótica do trabalhador se efetive nas instituições públicas transcendendo a esfera meramente jurídico- administrativa. Portanto, acreditamos que as pistas deixadas por esses profissionais concedem elementos que contribuem para que a construção crítica dessa categoria englobe as dimensões do mundo do trabalho partindo de apontamentos feitos por quem vivenciou esse processo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. katálisis**, Florianópolis, v. 12, n.2, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802009000200005>.

ALVES- MAZZOTI Alda Judith; GEWANDSZNAJDER Fernando. O método nas Ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2004. p. 158- 169.

ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho- Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. Cap 10, p. 247- 272.

ALVES G. Trabalho Flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: Perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: ALVES, Giovanni; VIZZACCARO- AMARAL, André Luis; MOTA, Daniel Pestana, organizadores. Trabalho e Saúde- A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: Ltr, 2011. Cap 1, p. 39- 55.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio, organizadores. A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. Cap 2, p. 35- 48.

_____. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. Rev. Educação, Saúde e Trabalho, Rio de Janeiro, v 1, n. 2, 2003. p.53-61.

_____. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap 2, p. 47- 63.

_____. A Precarização Social do Trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia, organizadoras. A Perda da Razão social do trabalho: Terceirização e Precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. Parte 1, p. 13- 22.

ARAÚJO, Ana Luisa Duboc de. A capacitação de recursos humanos em uma instituição de C e T em saúde: uma abordagem estratégica com base em competências. 2009. 138f. Dissertação (Mestrado profissional em Saúde Pública)- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Rio de Janeiro.

ASFOC- SN. Órgão Oficial do Sindicato dos trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz. Oposição Vence- Nas urnas, a vitória da oposição mostra que é possível encontrar um candidato capaz de lutar contra a política excludente de FHC. Novembro 2000. Disponível em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/publi/jornal/2000-nov/jornal.htm> Acesso em

10.04.2013.

_____. Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Oswaldo Cruz. Ciência e Tecnologia. A serviço da sociedade com salários dignos, ano XIII; Abril 2001. Disponível em: <http://www.asfoc.fiocruz.br/publi/jornal/pdf/jornal2001abr.pdf> Acesso em 27.04.2013.

ASSUNCAO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 107, Aug. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>.

BARRETO, Margarida Maria Silveira; HELOANI, José Roberto Montes. Da violência moral no trabalho a rota das doenças e morte por suicídio. In: ALVES, Giovanni; VIZZACCARO- AMARAL, André Luis; MOTA, Daniel Pestana, organizadores. Trabalho e Saúde- A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: Ltr, 2011. Cap 6, p. 173- 184.

BAUER, Martin W; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap 2, p.17- 36.

BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Cap 4, p. 150- 192.

BENCHIMOL, Jaime L. Manguinhos do sonho a vida: A ciência na Belle Époque. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 1990. Cap 1, p. 68- 75.

BEHRING, Elaine Rosseti. O Brasil e a mundialização do capital: Privatização, deslocalização e flexibilização das relações de trabalho. In: SERRA, Rose (Organizadora). Trabalho e Reprodução: Enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: PETRES- FSS/ UERJ, 2001.

BISPO JUNIOR, José Patrício. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, Aug. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000800024&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000800024>.

BORGES, Angela. Mercado de trabalho: Mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia, (organizadoras). A Perda da Razão social do trabalho: Terceirização e Precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. Cap 5, p. 81- 94.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302007000400012&lng=en&nrm=iso>.access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.

CANOAS, Walter Swain; SWAIN, Edison da Cunha. Humanidade, Trabalho e Subjetividade: Princípios de uma história provável do ser humano e de sua espécie. In CANOAS, José Walter (organizador). Mundo do Trabalho e políticas públicas. Franca: UNESP- FHDSS, 2007. Cap 1.

CASTEL, R. As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, Dec. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300021&lng=en&nrm=iso>.access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392003000300021>.

COSTA, Márcia da Silva. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, Oct. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092005000300008&lng=en&nrm=iso>.access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000300008>.

COSTA, Daniel de Oliveira; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A visibilidade dos escondidos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000400003&lng=en&nrm=iso>.access on 17 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000400003>.

DÉJOURS, Christophe. A loucura do trabalho. São Paulo: Cortez, 1980.

DÉJOURS, C. O trabalho como enigma. In: Lancman, Selma; Sznclwar, Laerte Idal (orgs). Christophe Dejours. Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Brasília: Editora Paralelo 15, 2004. p. 127- 140.

DÉJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth. Itinerário Teórico em psicopatologia do trabalho. In: DÉJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth;

JAYET, Christian, coordenação Maria Irene Stocco Betiol. Psicodinâmica do Trabalho. Contribuições da escola dejouriana a análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007. Parte 5, p. 125- 126.

DÉJOURS, Christophe. Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho. 2.ed. Tradução de Frank Soudant/ Selma Lancman e Laerte Idal Sznelwar (orgs). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Brasília: Paralelo 15. 2008. 396p.

DEMAZIÉRE, Didier. Diversificação das formas de emprego e fragmentação das normas de emprego- O caso francês. In GUIMARÃES, Nadia Araújo; HIRATA Helena; SUGITA Kurumi, organizadoras. Trabalho flexível, empregos precários?: Uma Comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Parte 1, p.101- 122.

DINIZ, Eli. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582011000400001&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582011000400001>.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Trabalho e precarização social. Cad. CRH, Salvador, v.24, n.spe1, p. 09-13, 2011.

DURAND, Marc; SAURY, Jacques; VEYRUNES, Philippe. Relações fecundas entre pesquisa e formação docente: Elementos para um programa. Cad. Pesq. vol 35, n.125, pp. 37- 62, maio- ago 2005

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO (Org). Projeto político pedagógico. Organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2. ed. Rev. e ampli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILHO, Francisco Antonio Andrade. Trabalho: A expressão fundante da humanização. Rev Symposium. Ano 3. Número especial, p 73- 81, Jun-1999.

FIOCRUZ, Vice- Presidência de Ensino e Recursos Humanos. FIOCRUZ: A Força do Trabalho. Rio de Janeiro, 2004.

FIOCRUZ, Vice- Presidência de Ensino e Recursos Humanos. Regulação do Trabalho- Texto de Apoio 3. Rio de Janeiro, 2004.

FREITAS, Maria Ester de. A carne e os ossos do ofício acadêmico. Rev Organização e Sociedade, Salvador, v.14, n.42, p. 187- 191, jul- set, 2007.

_____. O Pesquisador hoje: entre o artesanato intelectual e a produção em série. Cad.EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v.9, n.4, p.1158- 1163, dez, 2011.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232003000200015&lng=en&nrm=iso>.access on 14 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000200015>.

GADELHA, Paulo. O papel estratégico da Fiocruz no contexto da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, July 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2009000700001&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000700001>.

GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADON, Simone Barreto. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 106, Apr. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000100004>.

GARRET, Annette. A entrevista: Seus princípios e métodos. 10.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991. 239 p.

GIANNOTTI, Vito. História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Cap 9, p. 273- 314.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W; GASKELL George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Cap 10, p. 244- 270.

GOLDENBERG, Miriam. A Arte de Pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.13- 24.

GOMES, Darcilene Cláudio; SILVA, Leonardo Barbosa e; SORIA, Sidartha. Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 20, n. 42, June 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000200012>.

GUIDA, H.F.S. et al. As relações entre saúde e trabalho dos agentes de combate às endemias da Funasa: a perspectiva dos trabalhadores. *Saude Soc*, São Paulo, vol.21, n.4, p. 858-870, out- dez 2012.

JORGE, Maria Salete Bessa et al . Gestão de recursos humanos nos centros de atenção psicossocial no contexto da Política de Desprecarização do Trabalho no Sistema Único de Saúde. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, Sept. 2007 Available from<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072007000300006&lng=en&nrm=iso>. Access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072007000300006>.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, Apr. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2007000400003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003>.

LELIS, Isabel. O trabalho docente na escola de massa: desafios e perspectivas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, Apr. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222012000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000100007>.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400008&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008>.

LOPEZ G., Mauricio; RODRIGUEZ V., Amalia; AGUDELO G., Juan Pablo. Crisis de deuda soberana en la Eurozona. **Perf. de Coyunt. Econ.**, Medellín, n. 15, ago. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S165742142010000100002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 08 maio 2013.

LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 74, 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302001000100006&lng=en&nrm=iso>. access on 03 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000100006>.

MACHADO, Ednéia Maria. O Valor do trabalho no Estado brasileiro. *Rev Serviço Social em revista*, Londrina, v.1, n.2, p.141- 160, Jan./Jun. 1999.

MACHADO, Maria de Lourdes et al . Uma Análise da Satisfação e da Motivação dos Docentes no Ensino Superior Português. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 17, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 maio 2013.

MACHADO, Maria Helena; KOSTER, Isabella. Emprego e Trabalho em Saúde no Brasil: As políticas de Desprecarização do Sistema Único de Saúde. In: ASSUNÇÃO, Ada Avila; BRITO, Jussara, organizadores. *Trabalhar na Saúde: Experiências cotidianas e desafios para a gestão do trabalho e do emprego*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. Cap 9. p. 195- 213.

MARCONSIN, Cleier; CAETANO, Mira L M. Neoliberalismo, Reestruturação Produtiva e Exploração do Trabalho: Uma ofensiva a Saúde como Direito. In: BRAVO, Maria Inês Souza; D'ACRI, Vanda; MARTINS, Janaína Bilate, organizadores. *Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho*. Rio de Janeiro: ENSP/ FIOCRUZ, 2010. Cap1. p. 21- 43.

MARQUEZE, Elaine Cristina; MORENO, Claudia Roberta de Castro. Satisfação no trabalho - uma breve revisão. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 30, n. 112, Dec. 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572005000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 15 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572005000200007>.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação Positiva da autoalienação humana. In: FERNANDES F, organizador. *Marx, Engels. História*. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 36).

MAUES, Olgaíses. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe1, 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602010000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602010000400007>.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, Oct. 1991 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101991000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003>.

MENDONÇA, André Luis Oliveira; CAMARGO JR, Kenneth Rochel. Complexo médico- industrial/ financeiro: os lados epistemológico e axiológico da balança. *Physis*, Rio de Janeiro, vol 22, n.1, 2012.

MESZAROS, Istvan. Desemprego e Precarização. Um Grande Desafio para a Esquerda. In: ANTUNES, Ricardo, organizador. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X1997000600003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de gestão do trabalho e da educação na saúde. Gestão do trabalho e da regulação profissional em saúde agenda positiva do departamento de gestão e da regulação do trabalho em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS. Desprecarização do Trabalho no SUS perguntas e respostas. Brasília (DF), 2006.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Concursos recuperam força de trabalho e substituem terceirizados, n. 52, jan- 2006. Disponível em: http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim_contato/bol_contato_06/contato_52.htm . Acesso: em 11 maio, 2013.

MONY, Annie- Thébaut; DRUCK, Graça. Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia, organizadoras. A Perda da Razão social do trabalho: Terceirização e Precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. Cap 2. p. 23- 58.

NETO, Diógenes Lima. Inovação em Administração Pública- Ensaio. 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/46431751/Inovacao-em-Administracao-Publica> . Acesso em 13 fev, 2013.

NOGUEIRA, Roberto Passos; BARALDI, Solange; RODRIGUES, Valdemar de Almeida. Limites Críticos das noções de precariedade e desprecarização do trabalho na administração pública. In: Organização Pan- Americana da saúde e Ministério da saúde, Observatório de recursos humanos em saúde no Brasil, estudos e análises. Brasília, 2005, (Volume 2), p. 81- 103.

ODDONE, Ivar et al. Ambiente de Trabalho: A Luta dos Trabalhadores pela Saúde. São Paulo: Hucitec, 1986.

OIT. Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. 1998. Acesso em 13/02/2013. http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf

OIT. Perfil do Trabalho Decente no Brasil. Escritório da Organização Internacional do Trabalho. Brasília e Genebra: OIT, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, Dec. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302004000400003&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>.

OLIVEIRA, Íris Maria Sampaio de; GALVÃO, Maria Elci Moreira. O compromisso com a legalidade e legitimidade. In: OLIVEIRA, Íris Maria Sampaio de; GALVÃO, Maria Elci Moreira, (organizadoras). Gestão Pública: Uma abordagem dos procedimentos administrativos. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2007. 230p.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SAITO, Chikara. Políticas de Emprego e crescimento do trabalho precário no Japão. In GUIMARÃES, Nadia Araújo; HIRATA Helena; SUGITA Kurumi, organizadoras. Trabalho flexível, empregos precários?: Uma Comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Parte 1, p.79- 100.

SANTOS, Maria Angelica Borges dos; PASSOS, Sonia Regina Lambert. Comércio internacional de serviços e complexo industrial da saúde: implicações para os sistemas nacionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n.8, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2010000800003&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000800003>.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 46, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000400016&lng=en&nrm=iso>. access on 20 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602012000400016>.

SAVTCHENKO, P. Que é o trabalho. Edições Progresso, 1987.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói, RJ: Editora UFF, 2007. 309p.

SENNETT, Richard. A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Mutações do Trabalho. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1999. 128p.

SILVA, Luiz Marcos de Oliveira. (Des) estruturação e (Des) regulamentação do trabalho: Uma análise preliminar dos impactos sobre o setor de saúde. 2006.

SILVA, André Luiz Reis da. As Transformações matriciais da Política externa brasileira recente (2000- 2010). Rev Meridiano 47. v 11. n.120. p 18- 24. Jul-Ago 2010.

SILVEIRA, Rogério Zanon da; PALASSI, Márcia Prezotti. A vida na fazenda: sentidos subjetivos do servidor fazendário ante a participação no trabalho. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, vol. 12, n.6, p. 192-223, 2011.

STRAVINSKI, I F. Não há inspiração sem trabalho. Citado na revista húngara Múzák. 1982. [acesso em 03 jan 2013]; 18: 17. Disponível em: <http://www.citador.pt/textos/nao-ha-inspiracao-sem-trabalho-igor-feodorovitch-stravinski>

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, June 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102005000300025&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>.

VELLOZO, Vitoria; MARTINS, Maria Inês C.; NASCIMENTO, Rejane B. do. Articulando ensino e pesquisa: construindo uma proposta de capacitação para docentes do ensino técnico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, supl. 2, 1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1999000600004&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000600004>

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Desprecarização, Trabalho e Saúde: A perspectiva dos pesquisadores da Fiocruz.**”

Este estudo tem como objetivo contribuir para a construção crítica da categoria *desprecarização*, a partir da perspectiva de pesquisadores que já vivenciaram a situação de precariedade dos vínculos de trabalho na Fundação Oswaldo Cruz. Sua participação no estudo é voluntária de modo que, a qualquer momento, você poderá retirar seu consentimento.

Um benefício de sua participação é trazer elementos que contribuam para a reflexão acerca da política de desprecarização, visto que o Ministério da Saúde vem tentando implementá-la nas instituições públicas, sob o argumento de que esta é uma maneira de regularizar os vínculos empregatícios dos trabalhadores que se encontram em situação de precariedade.

O estudo não apresenta nenhum risco ao participante uma vez que as informações obtidas serão mantidas sob sigilo. É importante informar que a entrevista será gravada apenas para fins de conferência. O acesso a esse conteúdo é restrito aos pesquisadores envolvidos no estudo. As informações cedidas serão guardadas durante cinco anos e ficarão sob os cuidados do pesquisador principal. Ressaltamos que não haverá compensação financeira pelas informações cedidas.

A devolutiva dos dados será feita por meio da divulgação dos resultados da pesquisa em periódico acadêmico preservando-se o anonimato dos participantes envolvidos no estudo.

Em caso de dúvida, você poderá contatar a pesquisadora principal por e-mail, e o Comitê de Ética em Pesquisa, através do endereço institucional e e-mail.

Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública- CEP/ ENSP:

Rua Leopoldo Bulhões, 1480- Térreo- Manguinhos- Rio de Janeiro- RJ

21041- 210

Tel: 2598- 2863

Mail: cep@ensp.fiocruz.br

<http://www.ensp.fiocruz.br/etica>

Pesquisadora Principal: Priscila Matos C da Silva

Tel: 2598- 2808

Mail: Priscilafurs@yahoo.com.br

() Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Priscila Matos Crisostomo da Silva
Pesquisadora Principal

Participante do Estudo

APÊNDICE B- CONVITE PARA PARTICIPAR DO ESTUDO

Bom dia, Sr. Pesquisador

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Desprecarização, Trabalho e Saúde: A perspectiva dos pesquisadores da FIOCRUZ”, em desenvolvimento pela aluna Priscila Matos C da Silva, do curso de mestrado em Saúde Pública da ENSP, sob orientação das professoras Liliane Reis Teixeira e Kátia Reis de Souza.

Este estudo tem como objetivo contribuir para a construção crítica da categoria desprecarização, a partir da perspectiva de pesquisadores que já vivenciaram a situação de precariedade dos vínculos de trabalho na Fundação Oswaldo Cruz.

Um benefício de sua participação é trazer elementos que contribuam para reflexão acerca da política de desprecarização, visto que o Ministério da Saúde vem tentando implementá-la nas instituições públicas. Assim, sua participação se efetivaria por meio de entrevista, com duração aproximada de uma hora, em local e horário marcados por você.

Gostaríamos de finalizar este convite ressaltando que sua importância é fundamental.

Em caso de dúvida, você pode contatar a pesquisadora principal respondendo a este e-mail, ou através do seguinte número: (21) 8308- 7959.

Aguardamos sua resposta,

Att,

Priscila Matos.

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____ Sexo: _____ Idade: _____

Categoria funcional: _____

Tempo de vínculo instável/ estável: _____

Ano em que fez o concurso: _____

1. Como você vivenciou o trabalho no tempo em que era pesquisador (tecnologista) sem vínculo estável? E após efetivação?

2. Como se davam as relações na interação com os colegas de trabalho e com a chefia nesse período? E após?

3. Você observou mudanças nas relações de trabalho após sua efetivação? E fora do trabalho?

4. Você observou mudanças em relação a sua saúde, antes e após efetivação?

5 Existe alguma observação que você gostaria de fazer em relação a sofrimento ou satisfação no trabalho?

6 O que é desprecarizar o trabalho para você?

--

7 Qual a sua avaliação sobre a política de desprecarização da FIOCRUZ?

8 Há alguma coisa que você gostaria de acrescentar/ sugerir?

GLOSSÁRIO

Neoliberalismo- Na política, neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. O neoliberalismo defende a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais, a livre circulação de capitais internacionais com ênfase na globalização, a abertura da economia para a entrada de multinacionais, a adoção de medidas contra o protecionismo econômico, e a diminuição dos impostos e tributos excessivos.

Termo de Ajuste de Conduta- O TAC é um instituto do Estado Democrático de Direito consagrado constitucionalmente, sobretudo porque facilita por um lado o livre acesso a justiça e por outro, tutela os direitos e interesses transindividuais, de natureza difusa, coletiva e individual homogêneo, possuindo a capacidade preventiva da ação lesiva e a capacidade de correção extrajudicial de uma conduta lesiva.